

ROTAS ESTRATÉGICAS 2025

SEGURANÇA PÚBLICA



SISTEMA
FIEC | OBSERVATÓRIO
DA INDÚSTRIA

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Presidente

Robson Braga de Andrade

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)

Presidente

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes

Primeiro Vice-Presidente

Alexandre Pereira Silva

Vice-Presidentes

Hélio Perdigão Vasconcelos

Roberto Sérgio Oliveira Ferreira

Carlos Roberto Carvalho Fujita

Diretor Administrativo

José Ricardo Montenegro Cavalcante

Diretor Administrativo Adjunto

Luiz Francisco Esteves Juaçaba

Diretor Financeiro

Edgar Gadelha Pereira Filho

Diretor Financeiro Adjunto

Ricard Pereira Silveira

Diretores

José Agostinho Carneiro de Alcântara

Roseane Oliveira de Medeiros

Carlos Rubens Araújo Alencar

Marcos Antonio Ferreira Soares

Elias de Souza Carmo

Marcos Augusto Nogueira de Albuquerque

Jaime Bellicanta

José Alberto Costa Bessa Júnior

Verônica Maria Rocha Perdigão

Francisco Eulálio Santiago Costa

Luiz Francisco Juaçaba Esteves

Francisco José Lima Matos

Geraldo Bastos Osterno Junior

Lauro Martins de Oliveira Filho

Luiz Eugênio Lopes Pontes

Francisco Demontiê Mendes Aragão

Conselho Fiscal

Titulares

Marcos Silva Montenegro

Germano Maia Pinto

Vanildo Lima Marcelo

Suplentes

Aluísio da Silva Ramalho

Adriano Monteiro Costa Lima

Marcos Veríssimo de Oliveira

Delegados representantes junto à Confederação Nacional da Indústria - CNI

Titulares

Alexandre Pereira Silva

Fernando Cirino Gurgel

Suplentes

Jorge Parente Frota Júnior

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes - Beto Studart

Superintendente Geral do Sistema FIEC

Juliana Guimarães de Oliveira

Gerente Geral Corporativa

Raquel Vidal Vasconcelos

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Conselho Regional

Presidente

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes - Beto Studart

Delegados das Atividades Industriais

Efetivos

Aluísio da Silva Ramalho

Roberto Romero Ramos

Marcos Silva Montenegro

Lauro Martins de Oliveira Filho

Suplentes

José Sampaio de Souza Filho

José Antunes Fonseca da Mota

Ricardo Pereira Sales

André de Freitas Siqueira

Representantes do Ministério da Educação

Efetivo

Virgílio Augusto Sales Araripe

Suplente

Samuel Brasileiro Filho

Representantes da Categoria Econômica da Pesca do Estado do Ceará

Efetivo

Elisa Maria Gradvohl Bezerra

Suplente

Eduardo Camarço Filho

Representantes do Ministério do Trabalho e Emprego

Efetivo

Fábio Zech Sylvestre

Suplente

Francisco Wellington da Silva

Representantes dos Trabalhadores da Indústria do Estado do Ceará

Efetivo

José Evanildo Ferreira Alves

Suplente

Antenor Alves Sousa Júnior

Diretor do Departamento Regional do SENAI-CE

Paulo André de Castro Holanda

Serviço Social da Indústria - SESI Departamento Regional do Ceará

Conselho Regional

Presidente

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes - Beto Studart

Delegados das Atividades Industriais

Efetivos

Cláudio Sidrim Targino

Marcos Antônio Ferreira Soares

Emílio Fernandes de Moraes Neto

José Agostinho Carneiro de Alcântara

Suplentes

Germano Maia Pinto

Márcia Oliveira Pinheiro

Marcelo Guimarães Tavares

Frederico Ricardo Costa Fernandes

Representantes do Ministério do Trabalho e Emprego

Efetivo

Fábio Zech Sylvestre

Suplente

Francisco Wellington da Silva

Representantes do Governo do Estado do Ceará

Efetivo

Denilson Albano Portácio

Suplente

Paulo Venício Braga de Paula

Representantes da Categoria Econômica da Pesca no Estado do Ceará

Efetivo

Paulo de Tarso Theóphilo Gonçalves Neto

Suplente

Eduardo Camarço Filho

Representantes dos Trabalhadores da Indústria no Estado do Ceará

Efetivo

Francisco Antônio Martins dos Santos

Suplente

Raimundo Lopes Júnior

Superintendente do Departamento Regional do SESI-CE

Veridiana Grotti de Soárez

Instituto Euvaldo Lodi (IEL)

Diretor-Presidente

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes – Beto Studart

Gerente

Beatriz Teixeira Barreira

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (Sebrae/CE)

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual

Flávio Viriato de Saboya Neto

Diretor-Superintendente

Joaquim Cartaxo Filho

Diretor-Técnico

Alci Porto Gurgel Junior

Diretor Administrativo-Financeiro

Airton Gonçalves Junior

Unidade Setorial da Indústria (USI)

Articulador

Herbart dos Santos Melo

Analista Técnico

José Ivan da Silva Moreira

Observatório da Indústria (Sistema FIEC)

Líderes

José Sampaio de Souza Filho

Gerente

Guilherme Muchale

Equipe Técnica

Antonio Soares Martins Neto

Bianca Pinheiro Augusto

Camilla Nascimento Santos

Dênnys Araújo Santos

Edvânia Rodrigues Brilhante

Felipe Barreto Silva

Franzé Coelho

Hermelino Nepomuceno de Souza

Indira Ponte Ribeiro

Jamille Alencar Pio

João Francisco Arrais Vago

Josânia Freitas da Cunha

Julyene Lopes Figueiredo

Leilamara do Nascimento Andrade

Leonardo Carneiro Holanda

Letícia Alves Vital Cavalcante Mota

Mariana Costa Biermann

Paola Renata da Silva Fernandes

Priscila Caracas Vieira de Sousa

Rodrigo de Oliveira

Tafnes Varela Martins

Waldemar Roberto de Oliveira

Estagiários

André Diogo Maia

Lana Karolina da Silva Reis

Melissa Marques Pinheiro

Sávio Viana



ROTAS ESTRATÉGICAS 2025

SEGURANÇA PÚBLICA

Fortaleza
2018

REALIZAÇÃO

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

Presidente

Robson Braga de Andrade

Diretor Geral do Departamento Nacional do SENAI

Rafael Lucchesi

Diretor Superintendente do Departamento Nacional do SESI

Rafael Lucchesi

Sistema Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Sistema FIEC)

Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC)

Presidente

Jorge Alberto Vieira Studart Gomes -

Beto Studart

Superintendente Geral

Juliana Guimarães de Oliveira

Gerência Geral Corporativa

Raquel Vidal Vasconcelos

Serviço Social da Indústria – Departamento Regional do Ceará (SESI-CE)

Superintendente Regional

Veridiana Grotti de Soárez

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Ceará (SENAI-CE)

Diretor Regional

Paulo André de Castro Holanda

Instituto Euvaldo Lodi – Departamento Regional do Ceará (IEL-CE)

Gerente

Beatriz Teixeira Barreira

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará (Sebrae-CE)

Presidente do Conselho Deliberativo Estadual (CDE)

Flávio Viriato de Saboya Neto

EXECUÇÃO

Sistema Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Sistema FIEP)

Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP)

Presidente

Edson Campagnolo

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Departamento Regional do Paraná (SENAI-PR)

Diretor Regional

José Antonio Fares

Observatório Sistema Fiep

Gerente

Marília de Souza

APRESENTAÇÃO

Amigos,

O compromisso do Sistema FIEC com o desenvolvimento do Ceará tem sido importante propulsor para a idealização e realização de diversas iniciativas que trazem impacto direto à competitividade de nossas indústrias. Nesse sentido, a parceria com o Sebrae tem sido essencial para o êxito das Rotas Estratégicas, instrumento reconhecido, inclusive internacionalmente, por sua qualidade técnica e relevância para o progresso do Ceará.

Para garantirmos resultados ainda mais expressivos, efetivamos a concretização das Rotas Estratégicas a partir do Masterplan. Mais ainda, ampliamos a contribuição ligada à oferta de talentos com a execução dos Perfis Profissionais para o Futuro do Ceará. No entanto, mesmo com tamanha sinergia e visão sistêmica nas entregas, consideramos que ainda havia uma importante temática para qual ainda não havíamos contribuído com a independência técnica e o poder de articulação pelos quais o Sistema FIEC é reconhecido: a segurança pública.

De fato, os impactos da insegurança para a sociedade vão muito além de qualquer mensuração. No entanto, em uma tentativa de dimensionar tais impactos se recorre ao tamanho do prejuízo gerado: 5,5% do PIB Brasileiro, segundo estimativa da CNI. O impacto atinge a população e os trabalhadores da indústria, reduzindo a

produtividade do país, além de gerar perdas ao setor produtivo, seja por furtos e roubos nas unidades fabris ou cargas transportadas, bem como na elevação dos custos de frete, seguros e segurança privada.

Diante desse cenário, o custo de possíveis equívocos nas ações de controle da criminalidade é cada vez maior, elevando a importância do planejamento, da ação sinérgica, da adaptação das melhores práticas mundiais para resolução desses problemas. No intuito de reiterar o compromisso do Sistema FIEC com o desenvolvimento do Ceará, nos motivamos a arregaçar as mangas para esse importante desafio.

A complexidade do tema exige não só que tenhamos uma visão sistêmica e integral dos diversos fatores que impactam na segurança pública, mas que se busque o fortalecimento da governança necessária para garantir o comprometimento dos governos e de diversos setores da sociedade na mudança do cenário da segurança pública que atinge o Ceará e nosso país. Possuímos inequívoca certeza de que apenas com essa integração será possível tornar o Ceará um caso de sucesso na criação de um ambiente reconhecido por suas condições diferenciadas para se viver, trabalhar e empreender.

Beto Studart

Presidente da FIEC

Rotas Estratégicas 2025 Segurança Pública

EQUIPE SISTEMA FIEC

Autoria

Antonio Soares Martins Neto
Camilla Nascimento Santos
Guilherme Muchale
Jamille Alencar Pio
José Sampaio de Souza Filho
Leonardo Carneiro Holanda
Mariana Costa Biermann

Colaboração

Edvânia Rodrigues Brilhante
Josânia Freitas da Cunha
Julyene Lopes Figueiredo
Lana Karolina da Silva Reis
Lorran Monteiro
Melissa Marques Pinheiro
Paola Renata da Silva Fernandes
Rodrigo de Oliveira

EQUIPE SISTEMA FIEP

Coordenação

Marilia de Souza
Geraldo Morceli Bolzani Junior
Laila Del Bem Seleme Wildauer

Organização

Laila Del Bem Seleme Wildauer
Letícia Barreto Maciel Nogueira

Autoria

Cristine Bosch
Deborah Iuri Tazima
Geraldo Morceli Bolzani Junior
Laila Del Bem Seleme Wildauer
Letícia Barreto Maciel Nogueira
Maicon Gonçalves Silva
Marilia de Souza
Michelli Stumm Gonçalves
Tiago Fernandes Gomes

Colaboração

Sidarta Ruthes de Lima

Desenvolvimento Web

Douglas Martinello Karling
Kleber Eduardo Nogueira Cioccarri

Editoração

Ramiro Gustavo Fernandes Pissetti

Projeto Gráfico e Diagramação

Aline de Fatima Kavinski
Katia Franciele Villagra

Revisão de Texto

Mirian de Brito

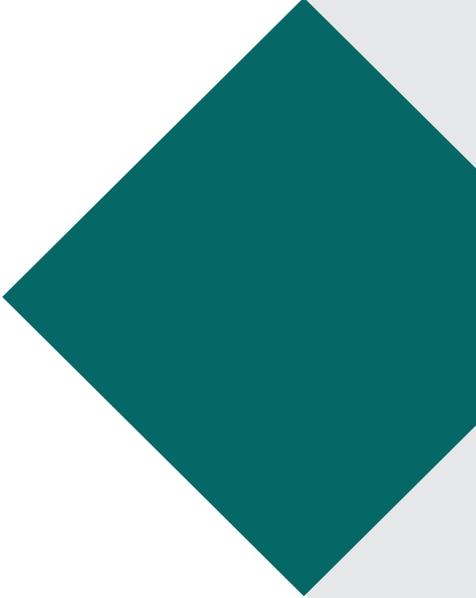
FICHA CATALOGRÁFICA

Rotas estratégicas 2015-2025 : Segurança Pública / Federação das Indústrias do Estado do Ceará. - Fortaleza : Federação das Indústrias do Estado do Ceará, 2018.
72 p. : il. ; 29,7 x 21 cm.
ISBN 978-85-66828-43-6
1. Rotas Estratégicas. 2. Segurança Pública. 3. Prevenção. 4. Sistema Prisional e Socioeducativo. 5. Governança. 6. Ceará. I. Título.

CDD: 360



SUMÁRIO

- 14** Introdução
 - 16** O Projeto
 - 21** Panorama
 - 29** Futuro Desejado
 - 62** Vetores de Transformação
 - 64** Articulação
 - 66** Participantes
 - 68** Referências
- 
- 

INTRODUÇÃO

A discussão sobre desenvolvimento industrial no país inclui possíveis caminhos para o aumento da competitividade do setor, como, entre outros, adoção de uma cultura de planejamento; ampla integração entre academia, governo e setor produtivo; fortalecimento da inovação nas estratégias empresariais; ampliação da qualidade da educação formal, desde os níveis mais elementares; maior dinamismo no ambiente de negócios; redução dos custos de produção, notadamente em itens relacionados à estrutura tributária, às relações de trabalho, à burocracia e à infraestrutura. A redução de entraves favorece a inserção global de nossa indústria e a absorção de novas tecnologias, com o consequente avanço de atividades intensivas em conhecimento e inovação, as quais são imprescindíveis para o crescimento de uma economia.

Nessa direção, e compreendendo que o Ceará possui não só os mesmos desafios ligados ao fortalecimento do setor manufatureiro como também a necessidade de crescer de maneira mais rápida, tendo em vista a desigualdade de renda do Estado frente a seus pares do Centro-Sul do país, o Sistema FIEC se propõe a unir esforços com todos os interessados em construir, de maneira participativa e com olhar sistêmico, soluções e instrumentos de ação que possam subsidiar o desenvolvimento econômico cearense.

Para tanto, existe o Programa para Desenvolvimento da Indústria, que objetiva contribuir com o crescimento de longo prazo, definindo as principais potencialidades do Estado e os respectivos caminhos para o melhor aproveitamento desses diferenciais, por meio de um debate articulado entre setor privado, poder público, academia e entidades de apoio, incentivando o fortalecimento da inovação e sustentabilidade no contexto empresarial.

A partir dessa estratégia de desenvolvimento se articulará uma atuação conjunta, fortalecendo e unindo as diversas contribuições dos agentes para o aumento da competitividade setorial, o crescimento de setores intensivos em tecnologia e conhecimento, bem como para a reorientação de setores tradicionais, induzindo um ambiente de negócios moderno e dinâmico como diferencial competitivo do Ceará.

Os projetos que compõem o Programa para Desenvolvimento da Indústria possuem os seguintes vetores de atuação, com seus respectivos objetivos:

- ◆ **Prospecção de Futuro para a Competitividade Setorial** - reorientar o desenvolvimento industrial através da identificação de setores e áreas estratégicas para o desenvolvimento do Ceará, das tendências tecnológicas mundiais e da prospecção de perfis profissionais que serão demandados no futuro, permitindo a construção coletiva de visões de futuro setoriais, envolvendo setor produtivo, academia, governo e sociedade, subsidiando assim a identificação de entraves e a ação antecipada necessária para dispor os setores industriais em posição competitiva nacional e internacional.

- ◆ **Inteligência Competitiva** - reorientar as diretrizes empresariais através da indução da cultura de inovação e práticas sustentáveis por meio de projetos que construirão e disseminarão uma base de informações sociais, econômicas, mercadológicas e tecnológicas, além de relatórios personalizados com diagnóstico empresarial em temas-chave e fornecimento de informações para subsidiar tomadas de decisão e atração de investimentos, aproveitamento de oportunidades de negócios e exploração das trajetórias tecnológicas emergentes e sua difusão através do tecido econômico.
- ◆ **Cooperação e Ambiência para o Desenvolvimento** - promover a articulação dos agentes responsáveis pelo desenvolvimento industrial, permitindo a consolidação de um ambiente de negócios de alta dinamicidade e estimulante à inovação, além de fomentar o fortalecimento das cadeias produtivas em elos com maior agregação de valor e intensidade tecnológica.

O alicerce do programa foi construído no ano de 2014, com o projeto Setores Portadores de Futuro para o Ceará, que contou com a participação de 250 representantes do governo, academia, terceiro setor e iniciativa privada, em sete painéis de especialistas regionais que identificaram setores e áreas indutores de desenvolvimento, tendo em vista as especificidades das sete mesorregiões do Estado, resultando em uma tríade com setores e áreas de importância regional, transversais e estratégicos para todo o Ceará.

Apesar dos esforços relacionados ao desenvolvimento industrial, ao longo desses últimos anos, emergiu um novo desafio associado ao aumento da criminalidade e fortalecimento das atividades das facções criminosas, representando uma ameaça à atração de investimentos e refletindo na perda da competitividade do estado.

Isto posto, o Sistema FIEC, em parceria com o Sebrae, iniciaram a caminhada para a elaboração da 14ª Rota do estado, intitulada Rota Estratégica de Segurança Pública 2025. Essa iniciativa compreende a construção de planejamento de longo prazo, que será entregue à sociedade e ao Governo do Estado com a identificação dos principais gargalos e apontamento de soluções para melhoria da segurança pública com viés interinstitucional e com ações de impacto direto - enfrentamento da criminalidade e atendimento ao sistema prisional e socioeducativo - e indireto através da governança e de atividades de prevenção. Para atender a essas peculiaridades relacionadas ao tema, a Rota Estratégica de Segurança Pública se estruturou a partir das seguintes dimensões: Prevenção; Segurança e Defesa Social; Sistema Prisional; Sistema Socioeducativo; Governança.

Por fim, convém ressaltar que os resultados apresentados neste projeto são frutos de meses de planejamento e trabalho, partindo de uma sólida base formada pelos estudos socioeconômico e de tendências tecnológicas e sociais para a temática, que subsidiaram a participação de atores com vasto conhecimento na área. Ou seja, trata-se de uma construção coletiva e fruto da vivência e da experiência de relevantes pesquisadores, empresários e representantes de instituições, os quais são citados nominalmente no final deste documento.

O PROJETO

ROTAS ESTRATÉGICAS 2025

As **Rotas Estratégicas 2025** são uma iniciativa do Sistema FIEC com vistas a elaborar *Roadmaps*, ou seja, mapas de trajetórias a serem percorridas para materializar, em até dez anos, o potencial percebido em cada um dos setores e áreas identificados como promissores para o Estado.

A referida iniciativa é um desdobramento do projeto **Setores Portadores de Futuro para o Ceará**, realizado em 2014, que teve como objetivo identificar setores e áreas capazes de situar a indústria do Estado em uma posição competitiva em nível nacional e internacional em um horizonte temporal de dez anos.

Em continuidade ao projeto **Setores Portadores de Futuro**, na perspectiva de fortalecer a malha industrial do Estado e dar prosseguimento ao processo de promoção da competitividade, o Sistema FIEC implementou o projeto **Rotas Estratégicas**. Os 17 setores identificados como promissores para o desenvolvimento do Estado foram reagrupados em 13 Rotas Estratégicas: Água; Biotecnologia; Construção & Minerais Não Metálicos; Economia Criativa & Turismo; Economia do Mar; Eletrometalmecânico; Energia; Indústria Agroalimentar; Logística; Meio Ambiente; Produtos de Consumo: Couro & Calçados, Confecções, Móveis; Saúde; e Tecnologia da Informação e Comunicação.

A Rota de Segurança Pública é a 14ª Rota Estratégica, que surge a partir da interação constante entre o Sistema FIEC e o Governo do Ceará, como uma forma de auxiliar a tomada de decisão para o enfrentamento da violência e da criminalidade no estado, que registra índices alarmantes em 2017 e início de 2018. Surge da prerrogativa de que um ambiente de paz é mais favorável para a competitividade e produtividade das empresas, contribuindo significativamente para o desenvolvimento econômico local.

Objetivo geral

A **Rota Estratégica de Segurança Pública 2025** sinaliza o caminho de construção do futuro da segurança no estado do Ceará no horizonte de 2025, a ser percorrido por todos os segmentos da sociedade, sejam eles da iniciativa pública, privada ou terceiro setor.

Objetivos específicos

- ◆ Construir uma visão de futuro para a Segurança Pública do Estado do Ceará no horizonte de 2025.
- ◆ Identificar prioridades para a Segurança Pública do Ceará.
- ◆ Elaborar agenda convergente de ações de todas as partes interessadas para engajamento social e para concentração de esforços e investimentos.
- ◆ Elaborar um mapa (*Roadmap*) com as trajetórias possíveis e desejáveis para a evolução da Segurança Pública do Estado do Ceará.

Abordagem metodológica

Amparada nos pressupostos da Prospectiva Estratégica e utilizando o método de *Roadmapping*, a condução dos trabalhos de elaboração da **Rota Estratégica de Segurança Pública - 2015-2025** se sustentou nas seguintes etapas: estudos preparatórios; reuniões participativas denominadas Painéis de Especialistas; consulta *on-line*; sistematização e validação dos conteúdos.

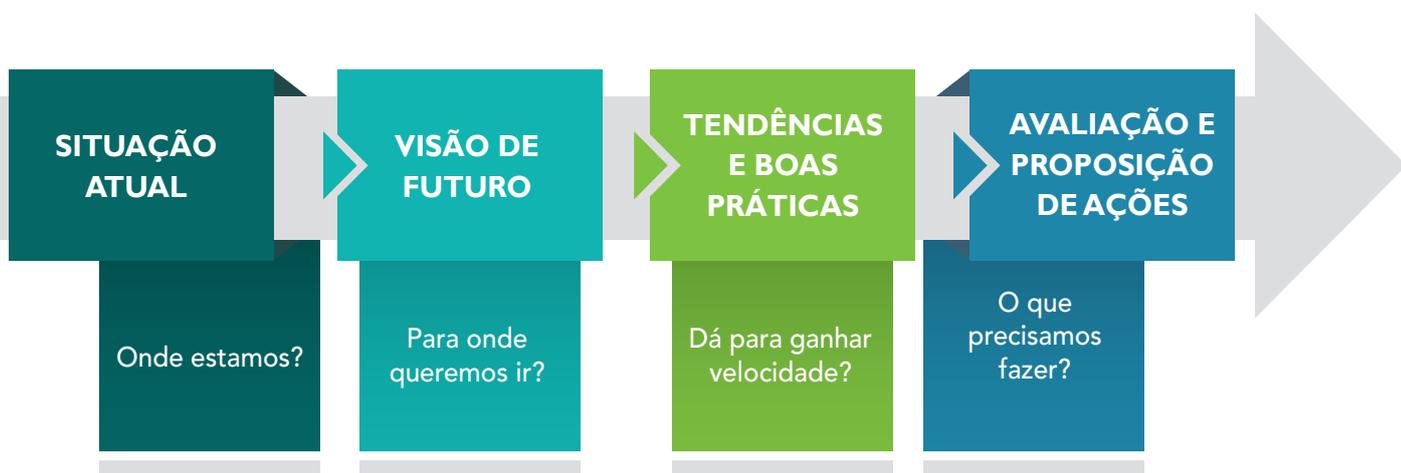
A primeira fase foi dedicada ao levantamento do panorama atual da segurança no Ceará, análise do documento Ceará Pacífico; realização de *benchmarking* nacional e internacional; compilação de tendências sociais e tecnológicas sobre segurança; e identificação de ações e boas práticas em segurança que pudessem ser aplicadas no estado.

Para as reuniões participativas, do processo de desenvolvimento da Rota Estratégica, foram identificados e convidados especialistas selecionados por critérios como: experiência prática, conhecimento técnico, relevância da pesquisa científica, ações inovadoras e capacidade de pensar o futuro da segurança pública.

O Painel de Especialistas de Segurança Pública aconteceu nos dias 24 e 25 de julho de 2018, reunindo representantes do governo, terceiro setor, segmento empresarial e das instituições de ensino e pesquisa.

Dinâmica do painel

No primeiro momento do painel, houve a apresentação do panorama da segurança pública aos especialistas para refletirem acerca da **situação atual** da segurança pública cearense, com o intuito de alinhar conteúdo sobre potencialidades e deficiências do estado. Nessa etapa,



os participantes também puderam compartilhar seus conhecimentos sobre as seguintes dimensões: Segurança e Defesa Social, Prevenção, Governança, Sistema Prisional e Sistema Socioeducativo. Tendo como base essa reflexão, foram instigados a pensar sobre o **futuro desejado** para a segurança pública do Ceará no horizonte de 2025, culminando na construção da visão de futuro.

Para cada dimensão, foram apresentadas **tendências e boas práticas** que podem auxiliar no alcance da visão de futuro. Na etapa de **avaliação e proposição de ações**, os participantes compuseram o portfólio de ações de curto (2018-2019), médio (2020-2022) e longo prazo (2023-2025) para a segurança pública do Ceará.

Os especialistas que não puderam comparecer ao evento tiveram a oportunidade de participar da avaliação e proposição de ações por meio de uma plataforma *on-line* após a realização do painel.

As avaliações e propostas de ações sugeridas no painel e na plataforma *on-line* foram submetidas a um processo de sistematização, análise e compatibilização. Resultante desse processo, obteve-se um caderno preliminar, o qual foi compartilhado com os especialistas envolvidos no processo de construção da Rota Estratégica de Segurança Pública para ajustes e validação final dos resultados.

O processo contou com a participação de 46 especialistas, e resultou na construção da Rota Estratégica de Segurança Pública, que se compõe de uma visão de futuro, cinco dimensões de análises, 392 ações de curto, médio e longo prazo, bem como um conjunto de vetores de transformação identificados nas discussões.

Roadmapping

O *Roadmapping* é um processo de planejamento que facilita a identificação de novos produtos, tecnologias, serviços e necessidades, e permite o conhecimento das estratégias necessárias para enfrentar as adversidades e aproveitar as novas oportunidades. Trata-se de um método que, com sua abordagem estruturada, faz interagir grupos de especialistas e induz, de forma compartilhada, a criação de visões prospectivas e a elaboração de conjuntos de ações encadeadas em um horizonte temporal de curto, médio e longo prazo. Além disso, sua aplicação permite elaborar os *Roadmaps*, ou seja, mapas com trajetórias e encaminhamentos coordenados e encadeados no tempo e espaço.

O *Roadmap* de Segurança Pública é uma representação gráfica simplificada da construção coletiva realizada no Painel de Especialistas. Nesse mapa, são apresentadas, por dimensão, todas as ações analisadas e propostas no curto, no médio e no longo prazo, indicando os caminhos para atingir o futuro desejado. Essa ferramenta permite comunicar e compartilhar de forma eficaz as intenções estratégicas, com vistas a mobilizar, alinhar e coordenar esforços das partes envolvidas para alcançar objetivos comuns.

Para visualizar a versão digital **da publicação**, acesse:



Para visualizar a versão digital **do roadmap**, acesse:



PANORAMA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CEARÁ

Este panorama apresenta alguns indicadores, os quais poderão ser acompanhados ao longo do tempo, de modo a subsidiar a análise da situação da Segurança Pública no estado do Ceará nos próximos anos, bem como direcionar esforços e investimentos. Os dados foram extraídos do estudo socioeconômico apresentado no Painel de Especialistas.

Indicadores

O número de homicídios no Brasil alcançou a marca expressiva de 62.517 homicídios em 2016, uma taxa de 30,3 mortes para cada 100 mil habitantes, de acordo com o Ministério da Saúde. A participação do Ceará no total de homicídios naquele ano foi o equivalente à 5,45% das ocorrências nacionais. No entanto, ao relacionar esse valor absoluto à taxa de homicídios por 100 mil habitantes, o Ceará demonstra um crescimento acelerado na última década, superando a média nacional de taxas de homicídio a partir de 2010, como é possível observar no Gráfico 1.

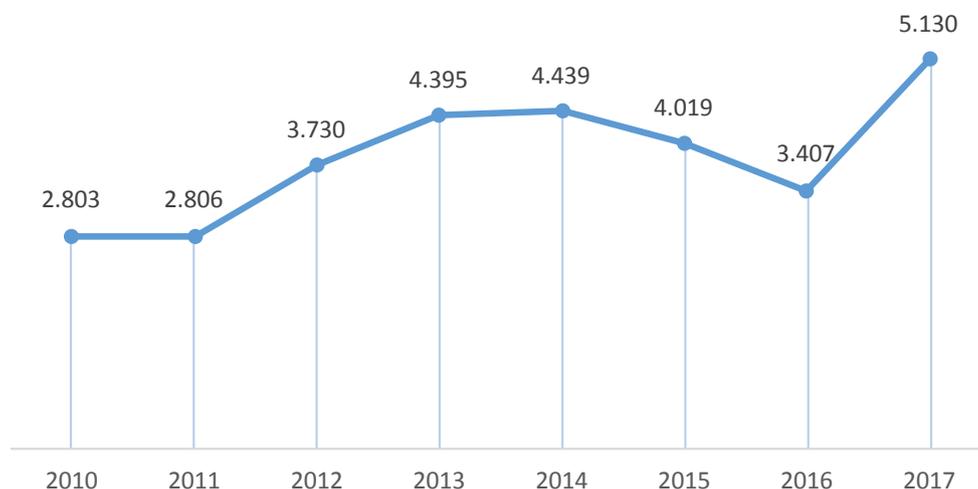
Gráfico 1 - Evolução da taxa de homicídio - comparativo Brasil e Ceará (2010 a 2016)



Fonte: Atlas da Violência 2018 a partir de dados do IBGE.

Especificamente no contexto cearense, destacam-se os números absolutos de ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), os quais tiveram crescimento de 1.723 casos (aumento de 50%) em 2017, como demonstra o Gráfico 2.

Gráfico 2 - Número de ocorrências de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) no Ceará

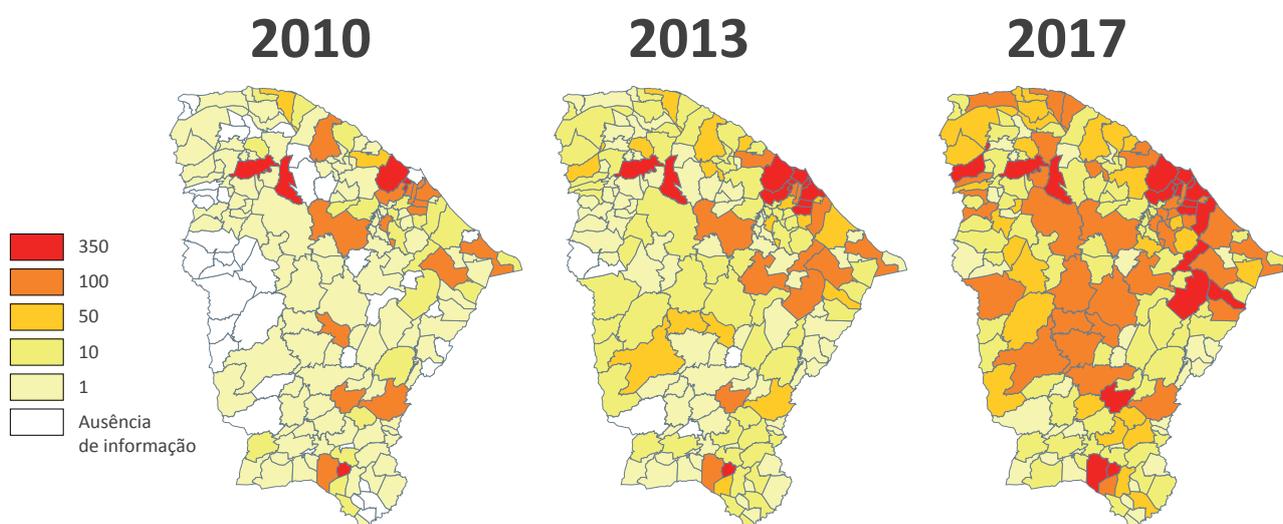


Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Vale frisar, no entanto, que entre o 3º trimestre de 2016 e o 4º trimestre de 2017, ocorreu uma evolução constante dos registros de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), com diminuição apenas nos dois primeiros trimestres de 2018.

Adicionalmente, observou-se que, desde 2010, as ocorrências de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) apresentaram uma expansão, alcançando uma parcela maior dos municípios do interior do estado, como apresentado no Mapa 1.

Mapa 1 - Evolução de Crimes Violentos contra o Patrimônio (CVP) no Ceará

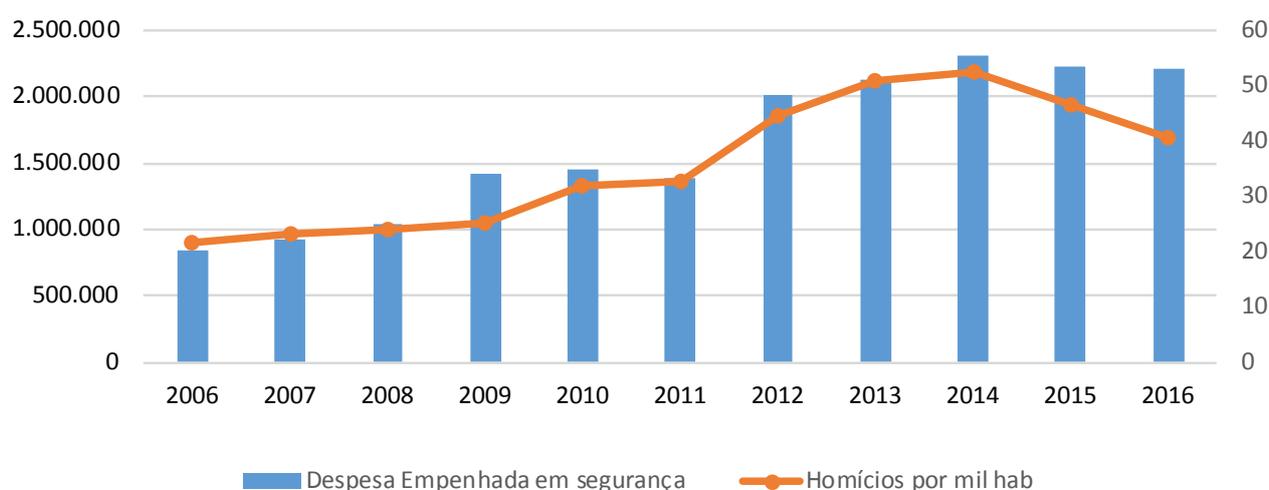


Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS).

Orçamento Público Destinado à Segurança Pública

As despesas empenhadas na função da segurança pública apresentaram crescimento de mais de 100% entre 2006 e 2016. Considerando a vigente distribuição dos recursos, a qual destinou 54,19% das despesas em segurança pública à polícia militar. Destaca-se, assim, que altos investimentos em policiamento não se convertem necessariamente em menores índices de violência.

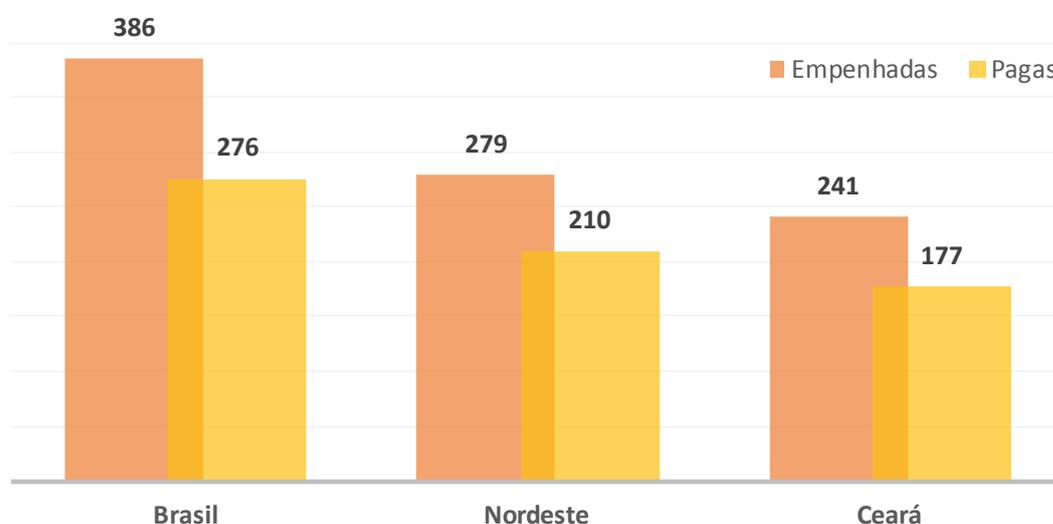
Gráfico 3 - Despesa empenhada na função de segurança pública (R\$ mil de 2017) x taxa de homicídios por mil habitantes no Ceará



Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Apesar do incremento substancial dos recursos destinados à segurança, quando analisamos o valor das despesas por habitantes, permitindo assim comparação com as demais localidades, o Ceará ainda apresenta valores inferiores à média do Nordeste, diferença que se torna maior em comparação à média nacional de despesas estaduais por habitante.

Gráfico 4 - Despesas estaduais com segurança pública (R\$ por habitante)

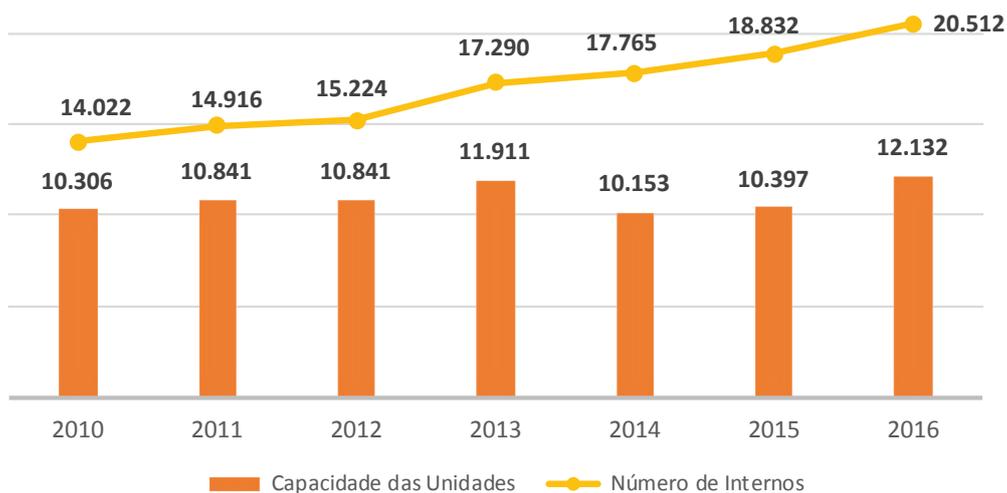


Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados do Tesouro Nacional e da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Sistema Prisional e Socioeducativo

Outro aspecto a ser destacado é a superlotação das unidades prisionais no Ceará (Gráfico 5), visto que se observa uma gradual evolução no número excedente de internos.

Gráfico 5 - Comparativo da capacidade das Unidades Prisionais com o número de internos no Ceará



Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN).

Destaca-se que, no final do primeiro trimestre de 2018, o Ceará apresentava um expressivo excedente carcerário, no qual as Unidades Prisionais comportavam 171,4% da sua capacidade, criando um contexto prejudicial à ressocialização de egressos.

Com altas taxas de prisões e a superlotação do sistema prisional, torna-se relevante destacar que estudos recentes em países da América Latina demonstram que investimentos em formas alternativas de promoção e manutenção da segurança pública têm se mostrado mais eficazes. Como exemplo, menciona-se o direcionamento de maiores investimentos na área de prevenção primária (prevenção do risco antecedente ao crime, por exemplo, escolarização) e terciária (ênfase na ressocialização para prevenir que o egresso reincida criminalmente).

Ao se considerar especificamente o Sistema Socioeducativo, o custo mensal de manutenção de um adolescente em cumprimento de medida socioeducativa é de R\$ 7.451,83. Tal custo equivale a mais do que o dobro do valor anual estimado pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) como valor mínimo investido por aluno na educação básica - importante fator de proteção ao envolvimento com o crime.

No que tange ao Sistema Prisional no Ceará, uma pessoa encarcerada, seja em regime fechado ou semiaberto, apresenta um custo mensal no valor de aproximadamente R\$ 2.639,11. Nessa direção, observa-se que o valor dispendido ainda é insuficiente frente ao que se mostra

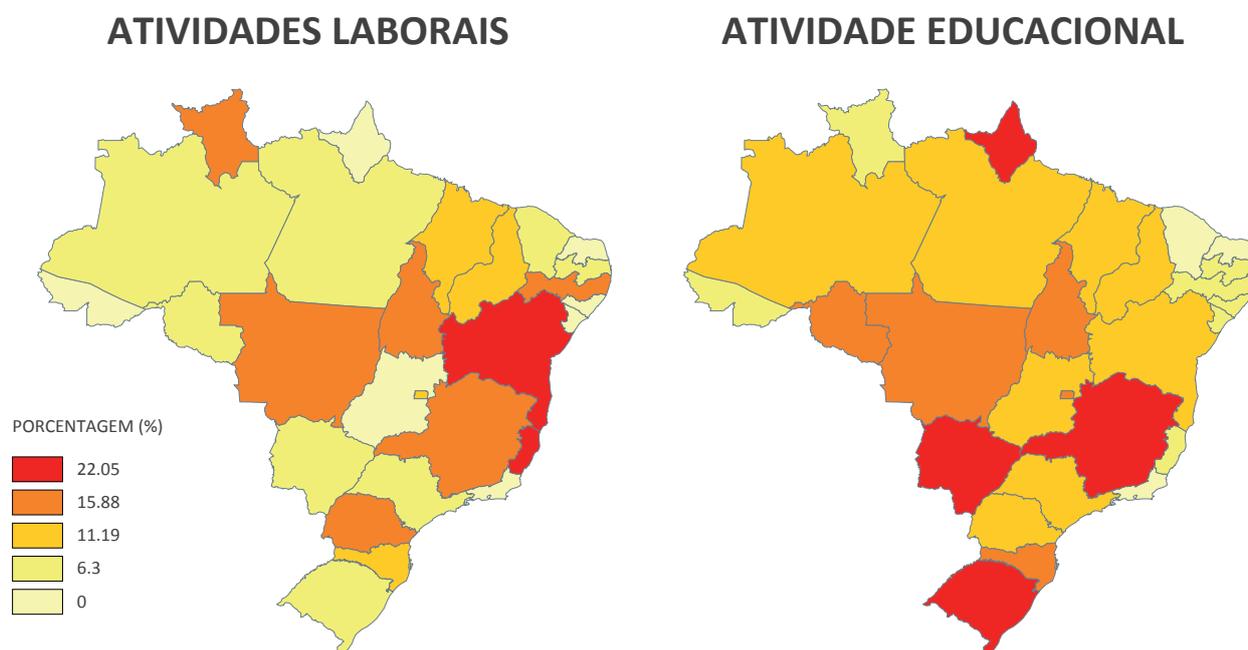
necessário para promover um adequado contexto de inclusão social do preso, imprescindível à prevenção da reincidência.

Frente às problemáticas descritas em relação tanto ao custo quanto ao impacto na redução da reincidência, torna-se relevante evidenciar que medidas de penas alternativas têm apresentado bons resultados, em comparação ao cárcere, em diversos países. Especificamente no Brasil, o gasto mensal dispendido para o monitoramento eletrônico, uma medida de pena alternativa, é de apenas R\$ 214.

Nessa direção, considerando que o contexto educacional e as atividades laborais se apresentam como fatores de proteção frente ao envolvimento com o crime, torna-se relevante apontar que apenas 4,6% dos internos do sistema prisional no Ceará exercem alguma atividade laboral; valor abaixo da média nacional (9,15%). Em Minas Gerais, por exemplo, essa taxa alcança 29,5%.

No que tange ao exercício de atividade educacional, o Ceará apresenta um percentual de 7,92% dos internos em atividade. O estado se mantém, assim, abaixo tanto da média nacional (9,15%) quanto da média da Bahia (18,74%), estado com melhor resultado na inclusão de internos em atividades educacionais no sistema prisional.

Mapa 2 - Representação de atividades laborais e educacionais em contexto prisional no Brasil

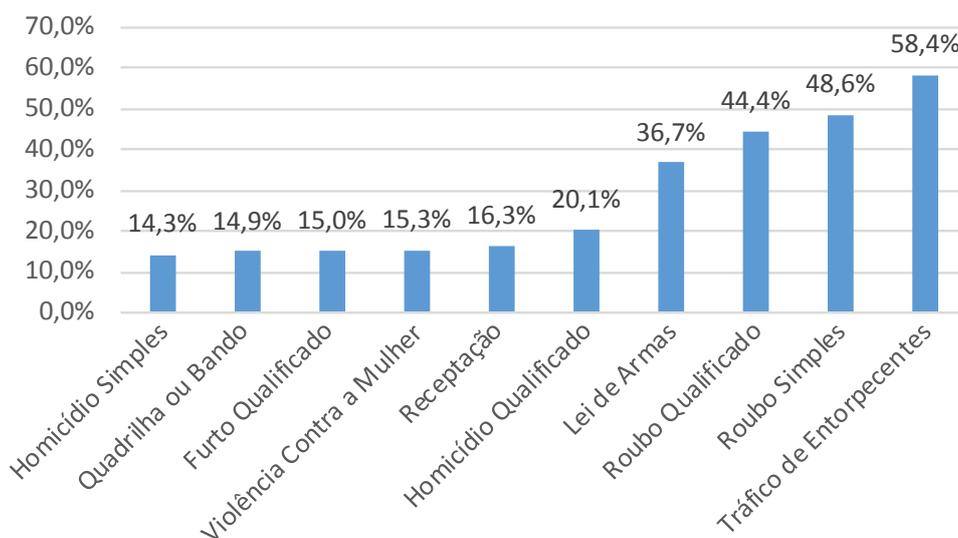


Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Secretaria da Justiça e Cidadania (SEJUS) e do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN).

Tendo em vista que a violência se configura enquanto um fenômeno multideterminado, condicionado a diferentes aspectos individuais e coletivos, torna-se relevante sistematizar alguns aspectos sociodemográficos, posto que esses dados contribuem para a obtenção de uma visão mais clara da situação social do estado, aspecto que pode se apresentar como um fator importante nos direcionamentos futuros das iniciativas em segurança pública.

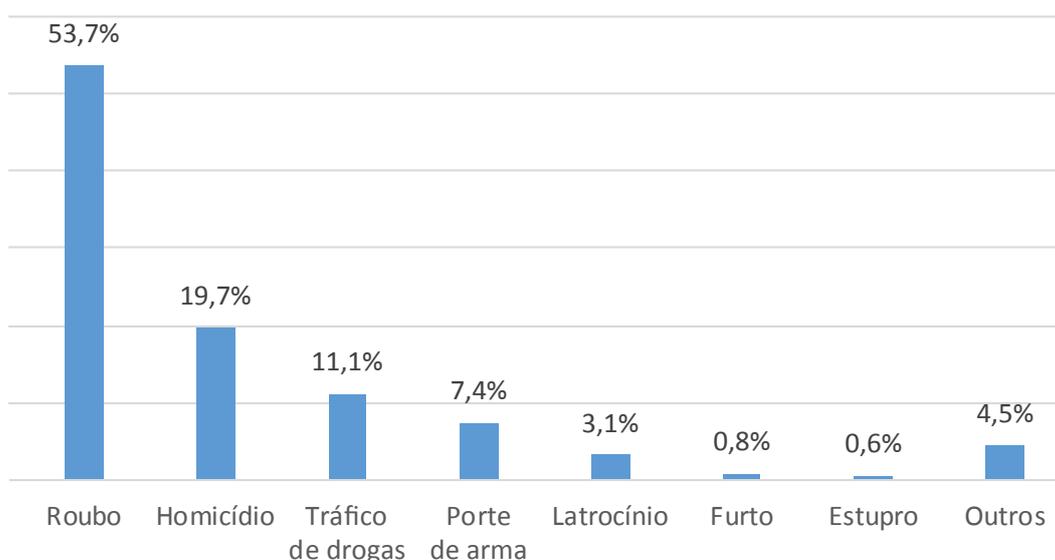
Considerando a tipificação criminal mais frequente, tanto no sistema prisional quanto no sistema socioeducativo, observa-se a recorrência do roubo e do tráfico de entorpecentes. No que tange ao tráfico de entorpecentes, 58,4% dos internos do sistema prisional apresentaram essa tipificação. Já dentre socioeducandos em privação de liberdade, destaca-se que 53,65% dos infratores cometeram crime de roubo. Ressalta-se ainda que esses não são percentuais absolutos, visto que um mesmo indivíduo pode ser enquadrado em mais de uma tipificação criminal para cumprimento de pena. Ademais, percebe-se que os crimes mais frequentes apresentam maior gravidade em relação ao impacto social.

Gráfico 6 - Estatística sobre o Sistema Prisional por ato infracional no Ceará



Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

Gráfico 7 - Estatística sobre o Sistema Socioeducativo por ato infracional no Ceará



Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo e Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

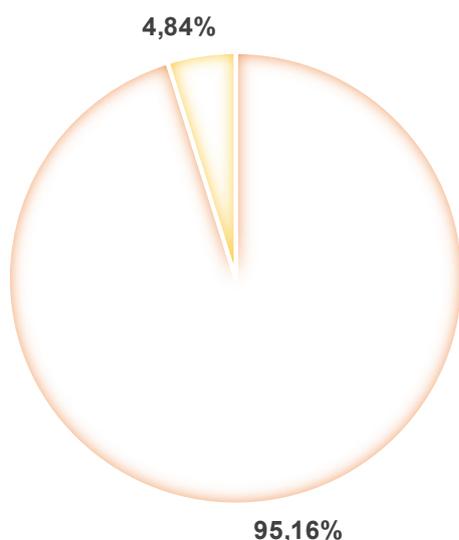
Frente ao alto impacto social das taxas de criminalidade, ocorre, por parte do Governo do Estado, um movimento de destinar uma significativa parcela orçamentária para a Segurança Pública. Apesar disso, o Ceará ainda apresenta valores inferiores à média do Nordeste, diferença que se torna maior em comparação à média nacional de despesas estaduais.

Percebe-se que há uma maior associação com o crime por parte de homens jovens e com baixa escolaridade. Tal associação é mantida ao se analisar as estatísticas do sistema prisional, as quais indicam que 53% dos internos possuem entre 18 e 29 anos e 93,3% possuem, no máximo, ensino médio completo; dos quais 4,4% são considerados analfabetos.

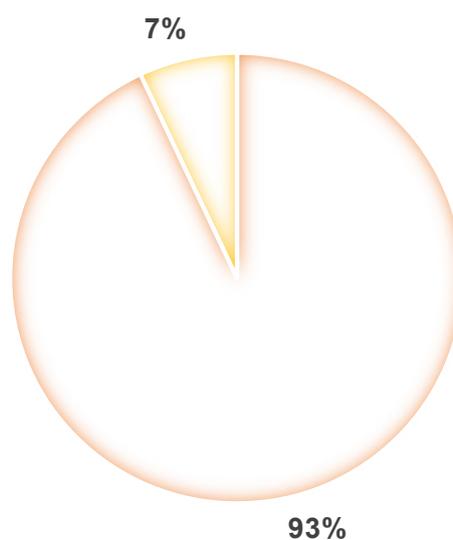
Em relação ao gênero, tanto no Sistema Prisional quanto no Sistema Socioeducativo, observa-se uma predominância de indivíduos no sexo masculino, aspecto melhor detalhado no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Comparativo por gênero da população do Sistema Prisional e do Sistema Socioeducativo do Ceará

SISTEMA SOCIOEDUCATIVO



SISTEMA PRISIONAL



- Gênero Masculino
- Gênero Feminino

Fonte: Núcleo de Economia/SFIEC (2018) a partir de dados da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo e da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG).

No que tange, especificamente, ao cruzamento da faixa etária com a educação formal correspondente no sistema socioeducativo, observa-se uma problemática do processo de escolarização no estado do Ceará. Posto que, apesar da predominância de jovens entre 16 e 21 anos (82% do total de socioeducandos), a maioria deles não se encontra no ensino formal correspondente à faixa etária. A saber, a alfabetização contempla 7,9% dos socioeducandos, enquanto 83,7% deles estão matriculados no ensino fundamental e apenas 8,4% dos jovens internos estão matriculados no ensino médio, nível indicado para a faixa etária predominante.



FUTURO DESEJADO

Este tópico apresenta o futuro desejado para a segurança pública no Ceará, com a descrição da visão de futuro construída durante o Painel de Especialistas, suas respectivas dimensões de análise e as 392 ações a serem implementadas no curto, médio e longo prazo.

Também serão elencados os Vetores de Transformação que emergiram nos debates ocorridos ao longo do processo de desenvolvimento da Rota Estratégica de Segurança Pública e que impactam nos resultados da segurança pública. Tais elementos podem ser utilizados como norteadores para o alcance do cenário almejado no horizonte de 2025.

VISÃO

Durante a reflexão sobre o futuro da segurança pública, os especialistas demonstraram o desejo de transformar o Ceará em um território seguro, por meio de ações inovadoras e integradas de prevenção, enfrentamento e reinserção social, que trabalham pela garantia de direitos e pela promoção da cultura de paz no estado. Assim, em 2025 o Ceará pretende ser:

**Ceará seguro,
reconhecido pela promoção da cultura de paz,
garantia de direitos e
inovação nas ações integradas de prevenção
e controle da violência.**

Dimensões de Análise

Para alcançar esse patamar, foram identificadas cinco dimensões de análise, que auxiliam na categorização e organização das ações:

- ◆ Segurança e Defesa social
- ◆ Prevenção
- ◆ Governança
- ◆ Sistema Prisional
- ◆ Sistema Socioeducativo

Ações

Para cada dimensão de análise foram propostas ações de curto, médio e longo prazos. As ações tiveram como origem as seguintes estratégias: a) levantamento e análise de dados socioeconômicos nacionais e estaduais; b) análise do Ceará Pacífico; c) *benchmarking* nacional e internacional; d) análise de tendências sociais e tecnológicas; e e) expertise dos especialistas participantes do painel ou da consulta *on-line*.

Segurança e Defesa Social

A dimensão Segurança e Defesa Social está vinculada à Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil, que é composta por: Polícia Civil, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Perícia Forense, Departamento de Trânsito, Conselhos Comunitários, Instituto de Identificação, Corregedoria de Polícia e Ouvidoria de Polícia.

Essa dimensão da segurança pública engloba o funcionamento dessas organizações no contexto de estratégias, políticas, programas, processos e procedimentos. Também inclui o manejo dos recursos e poderes colocados à disposição dos órgãos para consecução de seus objetivos.

À Segurança e Defesa Social é atribuída as seguintes funções: a) implementar programas; b) garantir a conformidade com as regulamentações; c) revisar e reportar o progresso de ações; d) garantir a eficiência administrativa; e) manter a comunicação com as partes interessadas; e f) avaliar o desempenho e aprender.

Curto Prazo (2018-2019)

Ampliação da cobertura do patrulhamento escolar

Elaboração de planos específicos de patrulhamento policial das áreas de risco

Intensificação das patrulhas em hotspots (pontos de concentração do crime)

Estabelecimento de territorialização dos municípios para intervenção policial

Fortalecimento do Grupo de Intervenções Estratégicas (GIE) focado em enfrentamento criminal por meio da ação rápida na prisão e condenação dos criminosos e apreensão eficiente de armas e drogas

Fortalecimento de blitz educativas

Modernização do modelo de atuação das polícias, centrado na garantia e efetivação dos direitos fundamentais do cidadão e na relação com a comunidade

Aprimoramento do atendimento policial em casos de violência doméstica

Intensificação do uso da inteligência e informação no modelo de atuação das polícias

Estabelecimento de ações específicas para combate à interiorização do crime

Redução do tempo-resposta de atendimento emergencial de bombeiros na região metropolitana

Redução do tempo-resposta de chegada ao local do crime

Curto Prazo (2018-2019)

Realização de operações policiais periódicas para cumprimento de mandados judiciais

Realização de pesquisa de satisfação dos atendimentos em delegacias de polícia

Criação de indicadores de controle de tempo de conclusão dos procedimentos policiais

Formalização da existência da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa

Estabelecimento de priorização para atendimento policial e determinação de tipos de intervenção

Ampliação e otimização da estrutura física e funcional da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE)

Promoção de encontros semestrais entre a segurança pública nas regionais de Fortaleza, visando maior aproximação e interação dos órgãos de segurança pública

Estabelecimento de reuniões periódicas com todas as instituições parceiras para identificação de dificuldades nos fluxos de processamento de homicídios

Fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública para articulação e discussão permanente da política estadual de segurança pública e a política de desenvolvimento econômico e social do estado

Aprimoramento da prestação dos serviços para as vítimas de violência contra a mulher

Aprimoramento do protocolo de atenção à mulher vítima de violência, articulando ações das polícias, da Perícia Forense, das unidades de saúde e assistência social, do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Judiciário

Implantação de central de vestígios e cadeia de custódia de evidências na sede da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE)

Revisão da estrutura e processos do disque denúncias

Implementação de programa orientado a coibir a discriminação e a violência de gênero dentro das forças de segurança

Elaboração de sistema de sinalização e controle viário no perímetro escolar

Mapeamento de trechos de vias municipais com maiores índices de acidente de trânsito com vítimas e as causas

Realização de monitoramento estatístico contínuo das Unidades Integradas de Segurança (UNISEGs)

Curto Prazo (2018-2019)

Realização periódica de diagnóstico das Delegacias de Defesa da Mulher (DDM) no Ceará com relação à quantidade, ao tipo de expediente, às competências e ao público atendido

Aprimoramento do sistema de localização das chamadas em atendimento e das viaturas em tempo real

Ampliação de áreas atendidas com sistemas de monitoramento por câmeras

Integração dos sistemas de videomonitoramento

Aquisição de novas câmeras para o sistema de videomonitoramento para aumentar sua cobertura

Coordenação de ações integradas entre a polícia civil e militar nos mesmos territórios de atuação

Integração operacional da polícia militar e guarda municipal com repartição clara das áreas de trabalho de cada corporação

Elaboração de diagnóstico dos homicídios registrados no estado com identificação dos aglomerados urbanos com maior concentração desse crime

Mapeamento de locais de risco, de pontos de venda de drogas e de circulação de armas e fogo

Utilização das redes sociais para divulgação de ações positivas realizadas pelas polícias

Produção de conhecimento baseado em evidências para orientar a definição das políticas públicas de segurança e os parâmetros de funcionamento dos órgãos policiais

Aplicação intensiva de informações e aperfeiçoamento dos processos de investigação e inteligência para as ações de segurança pública

Aprimoramento de um sistema de rastreamento dos fluxos das armas e munições das forças policiais

Ampliação do sistema de cadastro de armas e munições das forças policiais

Atualização de doutrina e produção de materiais de referência para profissionais de segurança pública para temas prioritários, como: abordagem policial; proteção dos profissionais; investigação de homicídios; investigação de roubos; realização de exames e confecção de laudos periciais na produção da prova técnica

Padronização e centralização dos registros policiais de criminalidade

Curto Prazo (2018-2019)

Aprimoramento do modelo de policiamento comunitário

Treinamento dos agentes de segurança para policiamento comunitário

Ampliação dos recursos estaduais e municipais destinados à segurança pública

Capacitação de agentes de segurança em planejamento e gestão em segurança pública

Inserção de treinamento específico de abordagem adequada com crianças e adolescentes no programa de formação de agentes de segurança

Capacitação de policiais em mediação de conflitos e justiça juvenil restaurativa

Capacitação dos profissionais de segurança, nos seguintes temas prioritários: abordagem policial; análise criminal; inteligência em segurança pública e prisional; uso de estatísticas no planejamento operacional; isolamento e preservação de local de crime; armas e munições; tiro policial defensivo

Definição de mecanismos mais rígidos para fiscalização e punição de policiais com desvio de conduta

Intensificação da fiscalização de profissionais da segurança pública que atuam na segurança privada

Ampliação de equipes especializadas em local de crime

Ampliação do efetivo da Divisão de Homicídios e Proteção da Pessoa (DHPP) da capital

Nomeação e alocação de policiais civis em número suficiente para sustentar a implementação das Unidades Integradas de Segurança (UNISEGs)

Instituição de programa de melhoria contínua na escala de serviço dos agentes de segurança pública

Implementação do programa de incentivo à disciplina consciente na polícia militar e no corpo de bombeiros militar

Elaborar diagnóstico detalhado acerca da dinâmica dos crimes que mais impactam a vitimização de turistas

Ampliação da equipe de inteligência para atuar no segmento de segurança turística

Instituição de programa de atendimento biopsicossocial para os profissionais do sistema de segurança pública

Realização de força tarefa para zerar o passivo de armas a serem periciadas

Curto Prazo (2018-2019)

Ampliação da banda de internet para as instituições de segurança pública

Perpetuação de projetos de desenvolvimento e manutenção de softwares para as instituições de segurança pública

Ampliação da infraestrutura de comunicação para todas as unidades de segurança do estado

Aprimoramento constante da plataforma tecnológica da Secretaria de Segurança

Monitoramento contínuo de novas tecnologias e processos para segurança pública

Promoção e fortalecimento dos equipamentos públicos para atendimento às vítimas de violência

Ampliação da oferta de equipamentos e tecnologias para profissionais e viaturas visando conectividade e comunicação em tempo real

Médio Prazo (2020-2022)

Estabelecer companhias do Batalhão de Divisas nas regiões ainda não monitoradas pelo Batalhão

Instituição de programa de combate a crimes cibernéticos

Adoção de mecanismos inovadores para o policiamento e gestão de polícias

Ampliação da cobertura territorial do atendimento de socorro por Unidades de Bombeiro Militar (UBM) no interior do estado

Expansão da presença policial no interior do estado

Orientação das polícias para atuação como mediadores de conflitos sociais

Criação de novos protocolos de vigilância e patrulhamento baseados nos princípios do policiamento de proximidade

Elaboração e implementação de programa de marketing institucional das instituições de segurança pública do estado

Médio Prazo (2020-2022)

Elaboração e implementação de projeto de melhoria nos processos e sistemas de comunicação interna das instituições de segurança pública

Instituição de mecanismos de monitoramento do uso da força e vitimização policial durante os procedimentos de abordagem

Ampliação do detalhamento do registro de ocorrências

Modernização dos documentos (Boletim de Ocorrência) e procedimentos nos Distritos Policiais

Obrigatoriedade do registro *on-line* e disponibilização *on-line* de todos os registros dos procedimentos policiais

Conclusão da implantação de companhias da polícia militar segundo a redivisão das circunscrições coincidentes entre polícia militar e polícia civil

Criação de 4 delegacias 24h na região metropolitana de Fortaleza

Criação de um centro de apoio operacional da polícia civil

Aprimoramento de um sistema de metas e indicadores de avaliação de desempenho de programas e da atuação policial

Elaboração de plano anual de ação finalística da polícia civil

Planejamento e execução das ações policiais a partir de parâmetros definidos para identificação de homicidas e traficantes

Adoção de estratégias para redução do tempo de materialização de provas periciais

Ampliação de projetos-piloto antecedendo a implantação de projetos em grandes territórios

Ampliação de parcerias público-privadas visando a implantação de sistema de vigilância em estabelecimentos comerciais

Mapeamento e implementação de boas práticas de segurança digital

Mapeamento e adoção de boas práticas e iniciativas civis voltadas à segurança pública

Publicação anual de relatório que avalia a efetividade e a eficiência das instituições de segurança pública do estado

Realização periódica de pesquisas de vitimização no Ceará, como sensação de segurança, nível de confiança e satisfação com instituições policiais

Médio Prazo (2020-2022)

Instituição de fluxos de compartilhamento de dados e informações sobre segurança com todos os municípios do estado

Elaboração de diagnóstico detalhado dos roubos a banco no interior do estado

Desenvolvimento de aplicativos para facilitar o acesso a serviços de segurança

Modernização contínua do Sistema Unificado de Informações Criminais Georreferenciadas

Integração do sistema de identificação civil e criminal com a polícia civil e o poder judiciário

Criação da Superintendência de Gestão da Informação e Análise Criminal

Ampliação do uso de ferramentas de coleta e análise de dados com foco em segurança pública

Realização de eventos regionais de segurança pública com a finalidade de mapear as demandas e as peculiaridades regionais

Implantação do Sistema Integrado entre guardas municipais e Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (Ciops) nos municípios do interior

Implementação de sistemas de inteligência orientados ao policiamento preditivo

Ampliação de investimentos em inteligência com foco em cibersegurança

Requalificação dos procedimentos e aprimoramento do fluxo entre investigação preliminar e investigação de seguimento

Instituição de programa para remodelar a formação das polícias

Elaboração de manual de melhores práticas operacionais e administrativas das instituições de segurança pública

Definição de procedimento operacional padrão para as ações integradas das instituições parceiras

Padronização operacional da polícia civil, em especial os procedimentos de investigação

Aprimoramento da qualidade e da divulgação da pesquisa científica e sistemas estatísticos do setor de segurança pública e privada

Benchmarking internacional das teorias criminológicas em aplicação

Médio Prazo (2020-2022)

Criação de um escritório de projetos e captação de recursos para segurança pública

Implantação de programa de aplicação de recursos da Secretaria de Segurança que envolva priorização de despesas e otimização de gastos

Ampliação de programas de formação e capacitação continuada para os agentes de segurança

Modernização dos centros de formação dos agentes de segurança pública

Ampliação da qualificação dos profissionais de segurança pública para a atuação integrada e utilização de novas tecnologias

Qualificação e conscientização dos usuários dos sistemas de informação sobre a importância de inserir os registros corretamente

Capacitação de policiais civis nos seguintes temas: investigação de homicídios; técnicas de investigação de roubos a instituições financeiras; investigação de crimes de lavagem de dinheiro; combate a organizações criminosas; técnicas de vigilância e inteligência policial

Capacitação de profissionais de perícia nos seguintes temas: coleta e manuseio de vestígios, fotografia forense, local de crime, papiloscopia latente, cadeia de custódia, documentoscopia e grafotécnica, elaboração de laudos, análise instrumental, metodologia científica, cromatografia, preparo de amostras, técnicas genéticas, recuperação de aparelho celular, recuperação de discos rígidos, engenharia reversa, análise de tráfego de redes e desenvolvimento de imagens

Ampliação de capacitação de policiais militares nos seguintes temas: Policiamento Montado; Curso de Operações Especiais do Estado do Ceará; Patrulhamento Urbano; Atirador policial de precisão; Comando Tático Rural; Controle de Distúrbios Civis; Cinotecnia e Ações Táticas Especiais

Alocação de profissionais com capacitação em língua estrangeira para participação na execução do plano de segurança turística

Adequação do quadro de servidores administrativos das instituições de segurança pública

Adequação permanente do efetivo legal e necessário das instituições de segurança pública

Maximização do número de policiais em atividades-fim, mediante diminuição desses em cargos administrativos

Implantação de um sistema de gestão por competências nas instituições de segurança pública

Médio Prazo (2020-2022)

Criação de 6 unidades/equipes, vinculadas à Divisão de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP), nas regiões do interior do estado com maior quantidade de ocorrências de homicídio

Direcionamento de recursos para capacitação e atualização de profissionais da área de segurança

Criação de um órgão atuante na valorização e qualidade de vida dos agentes de segurança

Emprego de tecnologia de realidade aumentada para treinamento de profissionais e análise de ambientes (cenários de crime)

Implementação de procedimento de manutenção constante de equipamentos periciais da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE)

Implementação de projeto para aquisição de materiais, equipamentos e prestação de serviços de tecnologia de informação para a Secretaria de Segurança

Informatização dos processos administrativos e operacionais das instituições de segurança pública

Modernização e ampliação da infraestrutura de informação e sistemas para suporte à tomada de decisão das instituições de segurança pública

Implementação de projeto para aquisição de equipamentos tecnológicos para as instituições de segurança pública

Adoção de drones e robôs para atividades de monitoramento de territórios

Realização de *benchmarking* sobre o uso de robôs e veículos aéreos não tripulados (VANTs) em atividades relacionadas à segurança pública

Adoção da inteligência artificial como ferramenta para identificar e analisar tendências, padrões, correlações e oportunidades através de conjuntos de dados

Realização de *benchmarking* das aplicações de sistemas de reconhecimento facial em segurança pública

Adoção do uso de *body cam* em patrulhas e operações policiais

Longo Prazo (2023-2025)

Implantar núcleos da Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE) nas principais regiões do interior do estado

Comunicação contínua para a população sobre áreas de risco e ocorrência de eventos extremos

Elaboração e implementação de um plano para o desenvolvimento gradual da cultura organizacional das polícias em busca de uma atuação baseada nos princípios da polícia cidadã

Implantação de 20 delegacias 24 horas no interior do estado

Integração de bancos de dados públicos e privados por meio de parceria, cooperação técnica e/ou convênio

Construção, reforma e ampliação das instalações das instituições de segurança pública para melhoria e padronização

Implantação de 3 unidades da Coordenadoria Integrada de Operações de Segurança (CIOPS) para integração das modalidades operacionais da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) no interior

Criação de Polo Tecnológico e Industrial de Defesa e Segurança Pública no Estado do Ceará

Ampliação de pesquisa científica sobre causas e soluções para a violência

Estabelecimento de parcerias para desenvolver um mestrado profissional para os agentes de segurança pública

Prevenção

A prevenção é uma dimensão da segurança que se concentra na realização de prognóstico dos movimentos que estão por vir, agindo de forma a evitar que eventos indesejáveis ocorram. Nela, a sociedade e o sistema de defesa são instigados a atuar de forma articulada no entendimento dos problemas e necessidades locais e na construção da cultura de paz.

Para a prevenção são atribuídas as seguintes funções: a) garantir interação da polícia com a comunidade; b) instituir canal para mediação de conflitos; c) promover atividades de integração comunitária; d) promover conscientização e educação para cultura de paz; e) dissuadir facções criminosas.

Curto Prazo (2018-2019)

Ampliação de atividades culturais e oficinas visando a aproximação entre polícia e comunidade

Construção de canais de aproximação entre os coletivos de juventude e órgãos de segurança estadual e municipal para promoção da segurança cidadã

Articulação e mobilização interinstitucional para ações de prevenção direcionadas ao público infanto-juvenil

Ampliação do registro eletrônico das atividades realizadas na rede de proteção psicossocial

Manutenção e intensificação dos serviços do Grupo de Apoio às Vítimas de Violência para fortalecimento dos vínculos com a comunidade

Implementação de capacitação em mediação de conflitos para profissionais da educação

Desenvolvimento das habilidades dos diretores escolares para o exercício da liderança educativa

Instituição de atividades envolvendo pais, diretores, professores e orientadores para estabelecimento de "comunidade educativa"

Ampliação de educação em tempo integral nas escolas estaduais e municipais

Desenvolvimento de programas de formação para profissionais e atores locais que trabalham com a prevenção da violência

Ampliação e qualificação da oferta de atividades esportivas e culturais nas escolas estaduais, municipais e equipamentos públicos de lazer

Curto Prazo (2018-2019)

Monitoramento da frequência escolar e busca ativa de crianças e adolescentes que estão fora da escola

Implementação de ações para garantir a permanência das crianças e adolescentes nas escolas estaduais

Criação de campanha de prevenção à violência contra a mulher com divulgação e diversificação de meios para denúncia

Divulgação da Lei Maria da Penha e medidas protetivas de urgência nas escolas

Realização de projetos de educação profissional, em conjunto com o Sistema S, em áreas de maior vulnerabilidade social

Implantação dos Núcleos de Ação pela Paz (NAPAZ) em territórios com elevados índices de criminalidade

Realização de diagnóstico de cada região para planejamento de intervenções direcionadas

Identificação de demandas e viabilização de recursos aos grupos de mediação de conflitos

Ampliação de estratégias de redução de danos nos espaços de convivência de juventude

Intensificação de modelo de atuação preventiva das guardas municipais

Identificação da origem e mapeamento das rotas de entrada de armas no estado

Ampliação de infraestrutura e dos recursos humanos do órgão de inteligência policial para prevenção de crimes

Aprimoramento do sistema de informação e gestão da polícia

Ampliação da inteligência policial para monitoramento e combate ao crime organizado

Promoção da requalificação urbana dos territórios vulneráveis aos homicídios

Desenvolvimento de pesquisas relacionadas à temática segurança com abordagem multidisciplinar

Ampliação da quantidade de reuniões comunitárias para mapeamento dos fatores específicos geradores de insegurança locais

Capacitação de líderes comunitários para suporte em atividades culturais com jovens

Curto Prazo (2018-2019)

Construção de pactos locais para convivência social pacífica e promoção de cultura cidadã

Realização de atividades esportivas e culturais em escolas e indústrias aos finais de semana

Ampliação de projetos e espaços que permitam o acesso a equipamentos sociais para juventude

Ampliação de atividades de prevenção ao consumo de álcool e outras drogas nas escolas da educação básica

Instituição de programas para prevenir a experimentação precoce de drogas em conjunto com ações de orientação às famílias

Ampliação das campanhas de entrega voluntária de armas de fogo

Ampliação de programas e projetos sociais de prevenção para adolescentes vulneráveis ao homicídio

Ampliação de programas de atenção a jovens envolvidos em situações de violência e consumo de drogas

Implementação de ações específicas de prevenção à agressão sexual

Criação e implementação de Plano de Convivência e Segurança Cidadã

Criação de um Sistema Estadual de Segurança Social e Paz Pública no Ceará

Intensificação da atuação dos Coletivos Culturais nos bairros dominados pelas facções

Desenvolvimento de mecanismos de dissuasão de indivíduos que fazem parte de facções e organizações criminosas, evitando delitos graves e de repercussão

Incentivo à implantação de negócios ou processos produtivos em territórios com população vulnerável

Médio Prazo (2020-2022)

Articulação interinstitucional para aprimoramento na identificação e no monitoramento de pessoas e/ou grupos com dinâmicas criminais e de violência

Promoção da integração e cooperação entre os operadores de segurança pública, educadores e profissionais de saúde

Realização de encontros interinstitucionais periódicos para estabelecimento de atividades e parcerias que visem a redução da criminalidade

Realização de encontros dos gestores da rede de proteção psicossocial para troca de experiências

Integração interinstitucional para acompanhamento e discussão dos resultados de projetos e planos

Aprimoramento de tutorias de conteúdo e oficinas para promoção de habilidades sociais com base na teoria cognitivo-comportamental em escolas públicas a partir de recursos do fundo defesa social

Inserção de conteúdo relacionado ao desenvolvimento da inteligência emocional nas disciplinas de ensino fundamental

Padronização do atendimento de ocorrências que afetam a convivência escolar e o exercício de direitos humanos

Promoção da profissionalização e da aprendizagem de acordo com as expectativas dos jovens

Capacitação do corpo técnico de secretarias municipais para elaboração de diagnósticos e de planos municipais de segurança.

Realização de encontros de negociação com agentes públicos para construção da Matriz de Ações e Responsabilidades (MAR)

Classificação dos indicadores sociais e estabelecimento de grau de prioridade, pela vulnerabilidade, para direcionamento de programas e projetos

Aprimoramento das atividades de inteligência policial na solução dos crimes de acordo com as especificidades regionais

Promoção da recuperação de espaços públicos degradados e/ou com alta incidência de usuários de drogas

Mapeamento e diagnóstico dos equipamentos culturais para investimento em áreas que necessitem de requalificação da infraestrutura

Médio Prazo (2020-2022)

Avaliação e diagnóstico do sistema de transporte para priorização de investimentos necessários

Ampliação e aprimoramento da infraestrutura dos Pontos de Atenção da Rede Psicossocial

Elaboração de estudos com apontamento das principais motivações de crimes e correlação de cada tipo penal

Fortalecimento e criação dos Conselhos Comunitários de Segurança, composto por representantes da sociedade e gestores locais, para acompanhamento e monitoramento das ações relativas às prioridades específicas do território

Planejamento das estratégias e atividades de prevenção em conjunto com a sociedade e organizações não governamentais (ONGs), com base nas demandas locais

Manutenção dos seminários regionais abertos à sociedade para elaboração de uma "Matriz de Prioridades Locais"

Construção de escolas preventivas e restaurativas em todo o estado do Ceará

Implementação de sistemas de monitoramento e avaliação dos programas, projetos e ações de segurança pública e prevenção da violência

Longo Prazo (2023-2025)

Realização de concursos de arquitetura, para escolas, com a finalidade de criação de espaços mais adequados e atrativos à aprendizagem das crianças e adolescentes

Estabelecimento de Observatório de Segurança segmentado por regiões

Formação de grupos de estudo para análise de peças técnicas (laudos e relatórios técnicos) e aprimoramento dos protocolos e procedimentos

Estabelecimento de parcerias para viabilização de projetos de pesquisa e desenvolvimento de soluções em cibersegurança

Criação de um laboratório específico para estudar, analisar e sistematizar a dinâmica da atuação das facções

Implementação e fiscalização de protocolo de redução de danos e violações de direitos durante operações policiais em territórios vulneráveis

Governança

A governança é uma dimensão da segurança pública que trata da definição das regras e dos princípios que orientam a atuação dos agentes públicos e privados e criação das condições estruturais de administração e controle do estado. A governança atua no âmbito das políticas públicas e das relações entre estruturas e setores, incluindo diferentes esferas, poderes, níveis de governo e representantes da sociedade civil organizada. Busca garantir que cada órgão ou entidade cumpra seu papel, através da redução dos riscos, otimização dos resultados e agregação de valor aos órgãos ou entidades.

São funções da governança: a) definir o direcionamento estratégico; b) supervisionar a gestão; c) envolver as partes interessadas; d) gerenciar riscos estratégicos; e) gerenciar conflitos internos; f) auditar e avaliar o sistema de gestão e controle; e g) promover a *accountability* (prestação de contas e responsabilidade) e a transparência.

Curto Prazo (2018-2019)

Aplicação do conceito de tríplice-hélice (Academia - Indústria - Governo) na busca de soluções inovadoras em segurança pública

Criação de espaços permanentes de escuta e respeito aos adolescentes e jovens

Implantação da mediação de conflitos nas delegacias de polícia

Divulgação dos serviços da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social

Divulgação periódica sobre o andamento das ações e dos resultados dos programas estaduais para segurança pública

Adoção de estratégias de comunicação para que os diferentes poderes tenham uma visão comum sobre as problemáticas de segurança pública

Criação de ações integrativas e informativas para mudar a percepção negativa da população sobre a política de segurança e as polícias

Promoção de ações de comunicação social sobre a cultura de paz

Realização de campanhas de sensibilização da sociedade sobre a importância do registro do Boletim de Ocorrência

Realização de campanhas direcionadas a crianças e adolescentes sobre crimes de violência sexual na internet

Monitoramento e avaliação contínua da Rota Estratégica de Segurança Pública para o estado do Ceará

Curto Prazo (2018-2019)

Padronização dos métodos operacionais dos órgãos de controle de segurança pública

Instituição de uma rotina de prestação de contas para a sociedade sobre os resultados das ações de segurança do governo estadual

Oferta de assessoria técnica para os órgãos de segurança pública municipal

Criação do Plano Estadual de Vigilância Comunitária por territórios priorizados

Promoção de debates para estabelecer diretrizes sobre ações de integração

Incorporação de mecanismos de gestão, monitoramento e avaliação em todos os níveis da política de segurança

Implementação de parcerias estratégicas com os municípios para melhorias da iluminação pública e qualidade do espaço público urbano

Criação de mecanismos para garantia da continuidade de políticas públicas em segurança

Fortalecimento do policiamento de proximidade, com o intuito de criar espaços de escuta e mobilização da população

Revisão do planejamento em segurança pública com base na avaliação da gestão integrada e de novas estatísticas

Desenvolvimento de um plano de integração entre o Sistema de Informações Policiais (SIP), o Sistema de Informação Penitenciário (SISPEN), o sistema da Perícia Forense e os sistemas do Ministério Público e do Tribunal de Justiça

Articulação e pactuação política entre o governo e os vários atores sociais em torno da paz social, com base em ações preventivas focalizadas

Ampliação e manutenção das comissões de mediação de conflitos em escolas públicas

Articulação e integração entre os diversos atores envolvidos na segurança pública estadual

Articulação e coordenação das instituições públicas responsáveis por prover justiça criminal e segurança, bem como garantir os direitos

Integração com outras unidades da Federação e órgãos da segurança pública

Incentivo à estruturação de Gabinetes de Gestão Integrada nos municípios

Curto Prazo (2018-2019)

Promoção da integração operacional entre os entes federados no combate ao crime organizado

Promoção da efetiva articulação com a área social e os atores da prevenção

Criação de protocolos de articulação de redes

Aproximação das instituições de segurança pública com universidades e instituições científicas

Integração de políticas de segurança pública com políticas públicas de outras áreas e instituições

Mobilização de articuladores de juventude para envolver os jovens nas iniciativas de prevenção à violência

Mobilização de facilitadores comunitários para envolver a comunidade nas iniciativas de segurança pública

Mobilização das comunidades sobre os programas de prevenção do estado

Corresponsabilização das secretarias de governo com a redução da violência e com o desenvolvimento da cultura de paz

Inclusão de contrapartidas comerciais em grandes compras públicas de segurança para atração de investimentos ou transferência de tecnologia da indústria de segurança e defesa

Instituição de Comitês de Governança para todos os programas ligados à segurança pública

Criação de mecanismos de financiamento de médio e longo prazo para programas prioritários

Aprimoramento do processo de prestação de contas, monitoramento e avaliação dos dados

Médio Prazo (2020-2022)

Elaboração de normativa que disponha sobre a obrigatoriedade da publicação periódica mensal das informações criminais e sobre atividade policial do estado do Ceará

Disponibilização *on-line* de indicadores criminais e seus níveis de desagregação

Criação de canais de comunicação e participação social no planejamento, construção e aperfeiçoamento da política de segurança pública

Criação de projeto de comunicação social com recomendações para prevenção aos roubos e orientações em caso de vitimização em articulação com os Conselhos Comunitários de Defesa Social (CCDS)

Realização de pesquisa sobre a confiança da população nas instituições de segurança pública

Realização de pesquisas periódicas sobre a satisfação da população em relação às políticas de segurança e à atuação das polícias

Instituição de uma rotina para levantamento de diagnósticos e indicadores nos órgãos de controle de segurança pública, visando o controle externo da atividade policial

Instituição de modelo de gestão dos órgãos de controle de segurança pública que incentive a cooperação com as instituições policiais, compartilhando com elas a responsabilidade pela resolução dos problemas

Instituição de mecanismos de auditoria e corresponsabilização (positiva e corretiva) de todas as instituições e instâncias envolvidas em segurança pública

Promoção de ações que garantam o maior envolvimento social nos órgãos de controle de segurança pública

Implementação de centros integrados de defesa e suporte social nas cidades com maiores índices de criminalidade no estado

Fortalecimento do papel de coordenação do estado na segurança pública municipal

Desenvolvimento de sistemas de gestão capazes de aliar transparência e o uso intensivo de informações com o planejamento operacional das polícias

Manutenção do banco de boas práticas sobre políticas e gestão da segurança

Avaliação da gestão integrada e das estatísticas da segurança pública

Composição de uma equipe altamente qualificada para o uso da informação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas de segurança

Médio Prazo (2020-2022)

Instituição de uma rotina de análise e avaliação de informações voltadas ao planejamento estratégico e operacional

Implementação de mecanismos que estimulem a articulação entre ações desenvolvidas por diferentes secretarias e organizações ligadas à segurança pública

Criação ou fortalecimento de redes intersetoriais, interinstitucionais e comunitárias

Participação das lideranças municipais e seu corpo técnico na construção e institucionalização da gestão da segurança

Consolidação de um formato de governança para segurança pública resultante de um processo participativo de construção

Estruturação da governança de segurança pública em Comitês Temáticos

Formalização dos programas de segurança pública por meio de documentos oficiais que esclareçam sua estrutura normativa e modelo de funcionamento

Criação de programas de justiça alternativa e de solução pacífica de conflitos entre particulares

Ampliação da oferta de ensino em período integral para regiões de maior violência e criminalidade

Longo Prazo (2023-2025)

Realização contínua de *benchmarking* nacional e internacional em segurança pública, com ênfase em prospecção de tecnologias e estruturas inovadoras em segurança

Implementação de sistema de dados abertos da segurança pública

Ampliação da cooperação dos municípios nas ações de segurança pública

Institucionalização de um modelo de governança em segurança no estado e municípios

Ampliação e modernização de programas de incentivo ao desenvolvimento socioeconômico em regiões de maior violência e criminalidade

Sistema Prisional

O sistema prisional está resguardado sob a Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984). Esta dimensão da segurança pública é responsável por efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições harmônicas para a integração social do condenado.

Nela devem ser garantidos os direitos básicos dos presos - higiene básica, alimentação, saúde - e estar em consonância com a necessidade de reintegração do apenado através da oferta de formação, inserção no mercado de trabalho e atendimento psicossocial, a fim de proporcionar uma nova oportunidade de retorno à sociedade.

São funções do sistema prisional: a) disposição de infraestrutura e recursos humanos para cumprimento de pena; b) promoção de atendimento jurídico, educacional, assistência social e de saúde com vistas à reintegração do apenado.

Curto Prazo (2018-2019)

Elaboração de diagnóstico do sistema prisional para planejamento estratégico e estabelecimento de metas de trabalho

Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura das unidades prisionais e das cadeias públicas

Elaboração de Programa Estadual de Políticas Penitenciárias

Elaboração de plano de gestão prisional contendo diretrizes para saúde, educação, gestão, inclusão do apenado e do egresso, trabalho, arquitetura prisional, qualificação profissional, participação social e alternativas penais

Realização de campanha, nas diversas mídias, da importância dos trabalhos de ressocialização do apenado

Implantação de programas de parcerias público-privadas para projetos em segurança pública

Elaboração de plano de manutenção e reforma para realização de melhorias na infraestrutura

Elaboração de plano de reforma para as unidades prisionais afetadas por rebeliões

Conclusão e implementação das unidades carcerárias em construção

Elaboração de projeto de ampliação e reestruturação física e material da Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR)

Curto Prazo (2018-2019)

Reestruturação da Coordenadoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC)

Criação de departamento técnico de produção e análise de dados no âmbito da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (Sejus)

Incremento na quantidade de agentes prisionais e estatísticos através da realização de concursos e contratação de novos profissionais

Ampliação do corpo técnico responsável pelo atendimento a egressos do sistema prisional

Desenvolvimento e estabelecimento de Programa de Alternativas Penais

Mapeamento das demandas e dimensionamento dos recursos necessários para o funcionamento da Central de Alternativas Penais (CAP)

Disseminação da infraestrutura da Central de Alternativas Penais (CAP) para as demais macrorregiões do estado

Ampliação do uso de monitoramento eletrônico em conjunto com outras alternativas penais

Elaboração e implantação de Protocolo Operacional Padrão (POP) que normatize os procedimentos de segurança a serem adotados por agentes penitenciários e quadro técnico em todas as unidades prisionais, contemplando situações de crise

Instituição de procedimento de registro das ocorrências do sistema prisional

Implementação do Sistema Eletrônico de Execução Unificada para inserção dos dados dos presos e/ou das unidades prisionais

Ampliação e aprimoramento de programas periódicos de atenção à saúde das pessoas em cumprimento de pena

Criação de grupos de prevenção ao suicídio nos presídios

Criação de indicadores de acompanhamento individual para as pessoas em cumprimento de pena

Adicionar atribuição à Coordenadoria Especial de Políticas Públicas de Direitos Humanos com fortalecimento do corpo técnico para acompanhamento do sistema prisional

Avaliação e readequação das políticas de reintegração social para aprimoramento das atividades relacionadas à inclusão social do apenado

Aplicação de investimentos e estabelecimento de metas para as atividades de reintegração social dos egressos

Curto Prazo (2018-2019)

Integração da rede de proteção local e serviços das políticas públicas (CREAS, CRAS, CAPS, UAPS, Conselho Tutelar) para acompanhamento dos apenados e egressos

Fortalecimento do projeto de acolhimento e acompanhamento de egressos do sistema prisional

Ampliação da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe)

Implantação de unidades da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe) no interior do estado

Implementação do Decreto nº 32042 de 14/09/2016 que dispõe sobre a reserva de vagas de empregos para presos em regime semiaberto, aberto, em livramento condicional e egressos do sistema prisional, referentes a contratos com o estado do Ceará

Implementação de programa de fomento ao trabalho industrial dos apenados

Elaboração e implementação de projeto de inclusão de egressos do sistema penal ao mercado de trabalho

Acompanhamento dos resultados relacionados aos programas de assistência ao egresso do sistema penal

Ampliação e aprimoramento de programas de educação e qualificação profissional das pessoas em cumprimento de pena

Elaboração de projeto para aparelhamento e reestruturação do Grupo de Operações Penitenciárias e Grupo de Operações Regional

Elaboração e implementação de formação para equipe de negociadores da Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará

Monitoramento e atendimento individualizado ao sujeito de alto risco social custodiado no sistema prisional

Ampliação da atuação das defensorias públicas na defesa dos direitos dos presos

Implantação do plano de transferência de presos localizados nos distritos policiais

Mapeamento aprofundado das organizações criminosas que operam dentro do sistema penitenciário

Elaboração de plano estratégico de ações para enfraquecimento das organizações criminosas dentro do sistema penitenciário

Médio Prazo (2020-2022)

Benchmarking nacional e internacional da infraestrutura e de boas práticas aplicadas no sistema prisional

Elaboração e implantação de plano para desativação gradual de carceragens da polícia civil

Ampliação e aprimoramento das técnicas de coleta de dados do sistema penitenciário

Ampliação na oferta de atividades de alta qualificação oferecidas pela Escola de Gestão Penitenciária e Formação para a Ressocialização (EGPR), bem como por meio de parcerias com as universidades

Criação de fórum para discussão sobre a aplicação de penas e medidas alternativas

Mapeamento do contexto social do infrator para estabelecimento de abordagem individualizada

Ampliação da divulgação dos benefícios e das formas de implementação de vagas para apenados e egressos em indústrias, visando a ressocialização e inclusão social

Implementação de parcerias com sindicatos patronais para instalação de novas indústrias no sistema prisional

Criação de programa de supervisão comunitária do apenado com filosofia de reintegração social, como alternativa ao encarceramento

Longo Prazo (2023-2035)

Construção de novas penitenciárias com base em dados de estimativas de futuro da população carcerária com foco em um modelo de recuperação e de ressocialização

Construção de unidades prisionais com aplicação do modelo de Associações de Proteção e Assistência ao Condenado (Apac)

Implantação de unidade de apoio aéreo para a Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado do Ceará

Sistema Socioeducativo

Regulamentado pela Lei Federal 12.594/2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) é uma dimensão da segurança pública que compreende o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas. A proposta desse sistema consiste na promoção da articulação para o atendimento integral ao adolescente que cometeu ato infracional, considerando a condição peculiar de indivíduo em desenvolvimento.

São funções do sistema socioeducativo: a) responsabilização do adolescente quanto ao ato infracional; b) desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença; c) oferta de recursos humanos e físicos que possibilitem o cumprimento da medida socioeducativa em meio aberto e nos programas de privação de liberdade.

Curto Prazo (2018-2019)

Elaboração e implementação do programa de atenção às vítimas dos adolescentes em conflitos com a lei, tendo a justiça restaurativa como norteador

Aprimoramento da Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo

Promoção da articulação interinstitucional na tramitação e aplicação da medida socioeducativa

Aprimoramento do projeto político-pedagógico nos centros socioeducativos

Mapeamento do contexto social do infrator para estabelecimento de abordagem individualizada

Atualização constante do diagnóstico da infraestrutura do sistema de atendimento socioeducativo

Elaboração de Plano Estadual de Atendimento às Medidas de Atendimento Socioeducativo com a colaboração do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA)

Definição de diretrizes, objetivos, metas, prioridades, origem dos recursos financeiros e gestão das ações de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional

Atualização do plano de reforma e manutenção das unidades de atendimento socioeducativo

Aprimoramento na coleta, sistematização e divulgação dos dados do sistema de atendimento socioeducativo

Curto Prazo (2018-2019)

Mapeamento das demandas de recursos humanos para o sistema socioeducativo

Realização de concursos públicos para provimento de cargos efetivos de socioeducadores e equipe técnica

Ampliação dos investimentos em capacitação aos funcionários do sistema socioeducativo

Criação de plano de capacitação para servidores do sistema socioeducativo que contemple disciplinas a serem ministradas, periodicidade de cursos, metodologia de avaliação e certificação

Ampliação do quadro técnico específico para o atendimento aos familiares dos socioeducandos

Qualificação dos profissionais para o atendimento integrado da família com os jovens atendidos no sistema socioeducativo

Ampliação do corpo técnico responsável pelo atendimento a adolescentes e jovens egressos do sistema socioeducativo

Apoio e capacitação dos profissionais alocados nos municípios para implementação e fortalecimento dos serviços de medida socioeducativa em meio aberto em todos os municípios

Promoção da articulação das políticas e serviços responsáveis pelo acolhimento do jovem

Elaboração e implantação de Protocolo Operacional Padrão (POP) normatizando os procedimentos de segurança a serem adotados por socioeducadores e quadro técnico em todas as unidades de internação do estado

Elaboração e implantação de Protocolo de Internação Socioeducativa (PIS) com definição das atribuições dos diversos órgãos de segurança e sistema de justiça para resolução de situações de crise

Ampliação de programas para egressos do sistema socioeducativo

Aplicação de investimentos e estabelecimento de metas para as atividades de reintegração social para jovens do sistema socioeducativo

Disponibilização de monitoramento eletrônico combinado ao acompanhamento do jovem em cumprimento de medida socioeducativa

Integração da rede de proteção local e serviços das políticas públicas (CREAS, CRAS, CAPS, UAPS, Conselho Tutelar) para acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Curto Prazo (2018-2019)

Realização de levantamento qualitativo e quantitativo sobre a presença e participação familiar no processo de recuperação do jovem em cumprimento de medidas socioeducativas

Avaliação do desempenho escolar do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, com disponibilização de professor de reforço nas disciplinas com menor rendimento

Capacitação dos educadores da rede estadual e municipal para atendimento no processo de recuperação e ressocialização do adolescente

Ampliação dos investimentos para desenvolvimento de atividades relacionadas ao esporte, à cultura e ao lazer para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Viabilização de atividades relacionadas ao empreendedorismo entre os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Ampliação de atividades de formação e de inserção no mercado de trabalho para pessoas em cumprimento de medidas socioeducativas

Ampliação de oportunidades e vagas da lei da aprendizagem para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e/ou em vulnerabilidade a homicídios

Implantação de capacitação em novas mídias e tecnologias para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Médio Prazo (2020-2022)

Implantação, no âmbito da Superintendência do Sistema Socioeducativo, de uma coordenadoria de monitoramento e avaliação do sistema socioeducativo

Aprimoramento do acompanhamento periódico da saúde física e psicológica dos servidores das unidades de internação e semiliberdade

Ampliação da infraestrutura e aprimoramento das atividades desenvolvidas no Núcleo de Atendimento Integrado (NAI)

Criação de programa de supervisão comunitária do jovem infrator com filosofia de reintegração social, como alternativa à medida de privação de liberdade

Inclusão da família nos programas e projetos de reabilitação dos jovens em cumprimento de medidas socioeducativas

Longo Prazo (2023-2015)

Promoção da integração e articulação entre as medidas socioeducativas de responsabilidade do estado (em meio fechado) e dos municípios (em meio aberto) com a finalidade de concretização do princípio da integralidade do atendimento

Implantação de protocolos de segurança nas unidades socioeducativas de internação

Realização de obras de construção de unidades de internação em observância às regras estabelecidas na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo

Oferta de cursos de qualificação profissional para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas adequadas às suas necessidades e à demanda do mercado

VETORES DE TRANSFORMAÇÃO



Os Vetores de Transformação são diretivas transversais que impactam de forma decisiva na segurança pública. Merecem especial atenção pois funcionam como propulsores para o alcance da visão de futuro. Esses vetores emergiram nos debates ocorridos ao longo do processo de construção da Rota Estratégica de Segurança Pública para o Estado do Ceará. São eles:

- ◆ Promoção de ações integradas
- ◆ Estímulo ao engajamento da população
- ◆ Diminuição das desigualdades sociais
- ◆ Garantia dos direitos de todos os cidadãos
- ◆ Reinserção social efetiva

- ◆ Construção coletiva de uma governança para a segurança pública
- ◆ Continuidade e efetividade de políticas públicas
- ◆ Investimento na educação básica
- ◆ Enfrentamento ao tráfico de drogas
- ◆ Controle e monitoramento do acesso às armas
- ◆ Investimento em inteligência para segurança pública
- ◆ Valorização dos profissionais de segurança pública
- ◆ Modernização de processos
- ◆ Aplicação de novas tecnologias
- ◆ Renovação da infraestrutura
- ◆ Capacitação contínua dos profissionais de segurança pública
- ◆ Articulação interinstitucional
- ◆ Integração de equipamentos sociais como sistema de apoio para a segurança social



ARTICULAÇÃO

A Rota Estratégica de Segurança Pública 2025 foi construída a partir de estratégias de capitalização de conhecimento proveniente de especialistas, resultando na constituição de uma visão de futuro, em uma agenda convergente de ações, na identificação de vetores de transformação, e na construção de um roadmap que pode direcionar os caminhos da Segurança Pública até 2025. A Rota Estratégica é um importante ativo para direcionar esforços do governo, iniciativa privada, sociedade civil, terceiro setor e instituições de ensino.

Para agilizar e garantir maior implementação das ações previstas será necessária constante interação do público estratégico da área de segurança pública. Estudos indicam que processos de articulação com maiores chances de sucesso são aqueles que se estabelecem naturalmente, e que envolvem maior número de partes interessadas. Nesse sentido, institui-se o *Masterplan* de Segurança Pública, projeto de implementação das Rotas Estratégicas que estabelece uma ação estruturada de monitoramento e aprofundamento das relevantes ações contidas nesse documento, contribuindo para a concretização das visões de futuro estabelecidas coletivamente. As principais atividades do processo de articulação setorial envolverão:

- ◆ Indução da ampliação da governança para a segurança pública com maior participação da sociedade civil organizada
- ◆ Mobilização da sociedade civil, do governo, iniciativa privada, terceiro setor e instituições de ensino
- ◆ Promoção de ações integradas
- ◆ Estímulo ao engajamento da população na realização das ações
- ◆ Monitoramento de informações estratégicas para segurança pública
- ◆ Constituição de grupos de trabalho por dimensão e/ou temáticas
- ◆ Captação de recursos
- ◆ Disseminação periódica dos resultados alcançados

PARTICIPANTES

	Nome	Instituição/ Empresa
1	Alecio Madson Freitas Dias	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - Várzea Alegre (CE)
2	Alessandra Félix Xavier	Organização Mães do Socioeducativo
3	Aloisio Vieira Lira Neto	Polícia Rodoviária Federal (PRF)
4	Ana Jéssica Cavalcante	Rede Acolhe
5	André Santos Costa	Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS)
6	Betânia Maria Raquel	Secretaria Municipal de Educação (SEDUC)- Célula de Mediação Social e Cultura de Paz
7	Carla Melo da Escóssia	Vice-Governadoria do Estado do Ceará
8	Carlos Banhos	Promil
9	Cláudio Justa	Conselho Penitenciário - COPEN
10	Comandante Vianney	Consultor Internacional e Pesquisador Independente
11	Cristiane Gadelha	Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe)
12	Cylvianne Maria Cavalcante de Brito Pinheiro Freire	Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (AESP/CE)
13	Demitri Túlio Silva Araújo	O Povo
14	Diego Barreto	Delegacia de Roubos e Furtos de Veículos e Cargas (DRFVC)
15	Domênico Abbate	Vice-Governadoria do Estado do Ceará
16	Fábio Cezar Aidar Beneduce	Instituto Tecnológico e Vocacional Avançado (Iteva)
17	Felipe Soares	Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC)
18	Fernando Oliveira	Vice-Governadoria do Estado do Ceará
19	Francisca Asmenha Cruz Furtado Torquato	Polícia Militar do Ceará (PMCE)
20	Frans Beno Gadelha Chaves	Superintendência do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
21	Gabriela Peixinho	Fight for Peace

Nome	Instituição/ Empresa
22 Giovana Veloso Munhoz da Rocha	Núcleo de Psicologia Forense da Universidade Tuiuti do Paraná (NuFor/UTP)
23 Halano Cunha	Sindicato dos Docentes do Ensino Superior Público do Estado do Ceará (SINDESP)
24 Hilcélia Saboia Parente	Superintendência das Escolas Estaduais de Fortaleza (SEFOR)/ Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC)
25 Izolda Cela	Vice-Governadoria do Estado do Ceará
26 Jano Emanuel Marinho	Polícia Militar do Ceará (PMCE)
27 Jeovânia Maria Cavalcante Holanda	Associação dos Delegados de Polícia Civil (ADEPOL)
28 João Luís M. de Souza	Sindiônibus
29 José Messias Mendes Freitas	Polícia Militar do Ceará (PMCE)
30 Keydna Alves Lima Carneiro	Polícia Militar do Ceará (PMCE)
31 Maria Albaniza Dantas da Silva	Conselho Tutelar do Ceará
32 Maria Elizabete de Araújo	Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)
33 Mário Mamede	Consultor Independente
34 Mônica Regina Gondim Feitoza	Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social (STDS)
35 Patrícia Carvalhedo	Proprietária do Órbita Bar e Presidente da Associação Dragões do Mar
36 Régis Façanha	Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública do Estado do Ceará (Supesp)
37 Renato Gonçalves Pedrosa	Terre des hommes
38 Ricardo Moura Braga Cavalcante	Laboratório de Estudos da Conflitualidade e da Violência (COVIO/UECE)
39 Roger Silva Sousa	Universidade Federal do Ceará (UFC)
40 Rogers Vasconcelos Mendes	Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)
41 Rui Rodrigues Aguiar	Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência e UNICEF
42 Sandra Maria Rodrigues	Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC)
43 Suzete Nunes	Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT)
44 Thiago de Holanda	Rede Acolhe
45 Tiago de Oliveira Braga	O Povo
46 Walberto Silva Santos	Universidade Federal do Ceará

REFERÊNCIAS

ABIZANDA, Beatriz. **Evidências e estratégias para prevenção do Crime & Violência no Ceará**. Maio 2018. 19 slides.

BERNET, Rodrigo Serrano. **Prevenção secundária, a lógica da sessão**. 2018. 21 slides.

BONTA, James; ANDREWS, Donald A. **Risk-need-responsivity model for offender assessment and rehabilitation**. *Rehabilitation*, v. 6, n. 1, p. 1-22, 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Programa Começar de Novo**. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/sistemas/sistema-carcerario-e-execucao-penal/20550-portal-de-oportunidades-comecar-de-novo>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília: Conanda, 2006.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE**. Brasília: Conanda, 2006.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 7 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 12.594 de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 jan. 2012, p. 3.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. **Lei de Diretrizes e Bases**. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 27 ago. 2018.

BRASIL. Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 13 jul. 1984, p. 10227.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Módulo de formação: noções básicas em proteção e defesa civil e em gestão de riscos: livro base**. Ministério da Integração Nacional, Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, Departamento de Minimização de Desastres. - Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2017.

CALÇADE, Paula; MENEZES, Luiz Fernando. Quanto custa um aluno no Brasil? **Nova Escola**, São Paulo, 26 jun. 2018. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/11890/quanto-custa-um-aluno-no-brasil>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CEARÁ (Estado). **Ceará Pacífico em ação**: matriz de acompanhamento. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_3_2017.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CEARÁ (Estado). **Experiências exitosas de enfrentamento à violência e à criminalidade**: análise de benchmarking. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_1_2017.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2018.

CEARÁ (Estado). **O cenário da violência e da criminalidade no Brasil e no Ceará**: cenário comparativo. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

CEARÁ (Estado). Secretaria da Educação. **Desafios para o Desenvolvimento** - Evidências e Estratégias para a Prevenção de Crime & Violência no Ceará. Maio 2018. 26 slides.

CHAVES, Katherine R. Cárcel intentará resocializar a reos con encierro digno y trabajo. **La Nación**. Buenos Aires, abr. 2017. Disponível em: <<https://www.nacion.com/sucesos/seguridad/nueva-carcel-intentara-resocializar-a-reos-con-encierro-digno-y-trabajo/AGMSXBNXZBE2LAJTLUYYPZSOX7I/story/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

CHIODA, Laura. **Stop the Violence in Latin America**. 21 maio 2018. 57 slides.

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DE HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA. **Cada vida importa**. Relatório Final. Fortaleza, 2016. Disponível em: <https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Segurança pública**: a importância da governança. Brasília: CNI, 2018.

DE HOYOS, Rafael. **PODER** - Oportunidades para os Jovens. Maio 2018. 28 slides.

DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**. INFOPEN. Brasília, 2017. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 29 maio 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Financiamento da Segurança Pública no Brasil**: aprendizados a partir dos casos do Município de São Paulo e Estado do Ceará. São Paulo, 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/03/FBSP_Financiamento_Seguranca_Publica_CE_SP_Nota_Tecnica_2017.pdf>. Acesso em: 17 maio 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Projeto**: pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_diagnostico_producao_informacaos_segurancapublica_2016.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Tendências criminais sul-americanas em perspectiva comparada**. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/tendencias-criminais-sul-americanas-em-perspectiva-comparada/>>. Acesso em: 14 maio 2018.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. **Pesquisa Instinto de Vida**. São Paulo, 2017. 25 slides. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2018/07/FBSP_Apresenta%C3%A7%C3%A3o_InstintodeVida.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

FUCS, José. Penitenciária de Joinville aponta a solução para o falido sistema carcerário. **Época Globo.com**. Joinville, 2014. Disponível em: <<https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2014/07/uma-bpenitenciaria-de-joinvilleb-aponta-solucao-para-o-falido-sistema-carcerario.html>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA; ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ; GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Trajetórias interrompidas**. Homicídio na adolescência em Fortaleza e em seis municípios do Ceará. Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/pt/trajetorias_interrompidas.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2018.

GECAP-USP. **Pesquisa do custo do recluso da país e da transparência das UFs**. São Paulo, 2015. Disponível em: <http://guteweb.com.br/gecap/index.php/artigos-publicados#_Toc453769632>. Acesso em: 18 maio 2018.

IFSEC GLOBAL. **The security drones report 2017**. Disponível em: <<https://directory.ifsecglobal.com/Drone%20Report%202017-file076075.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Evidências da Criminalidade no Ceará, Experiências Internacionais e Fundamentação para Construção de um Pacto Social de Combate a Violência no Estado. **Textos para Discussão**. n. 113. Fortaleza, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Violência e segurança pública em 2023**: cenários exploratórios e planejamento prospectivo. Rio de Janeiro: Ipea, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 6 jun. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2017**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/170609_atlas_da_violencia_2017.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da Violência 2018**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2018.

JAITMAN, Laura; et al. **The costs of crime and violence**: New evidence and insights in Latin America and the Caribbean. 2017.

JUCÁ, Beatriz. Os meninos invisíveis do sistema socioeducativo do Ceará. **Ponte Jornalismo**, jun. 2017. Disponível em: <<https://ponte.org/os-meninos-invisiveis-do-sistema-socioeducativo-do-ceara/>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

MERELES, Carla. Perfil da população carcerária. **Politize**, 2017. Disponível em: <<http://www.politize.com.br/populacao-carceraria-brasileira-perfil/>>. Acesso em: 22 maio 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias**: INFOPEN mulheres. Brasília, 2018. Disponível em: <http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2018.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. **Desafios da socioeducação**: responsabilização e integração social de adolescentes autores de atos infracionais. Belo Horizonte, 2015.

MOTOROLA SOLUTIONS. **5 trends transforming public safety communications**. White paper public safety industry study results, 2015. Disponível em: <https://www.motorolasolutions.com/content/dam/msi/docs/2015_public_safety_survey_white_paper.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

MOTOROLA SOLUTIONS. **Modern community policing with video & data analytics**: 2018 Motorola Solutions Law Enforcement Survey Report. Disponível em: <<https://namrinfo.motorolasolutions.com/law-enforcement-survey-report>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

NEC CORPORATION. **The future of public safety**: Eight infocomm trends that will impact build-up of safer cities. 2013. Disponível em: <https://sg.nec.com/en_SG/pdf/white-paper/SAFER_CITIES_WP_WEB_nov28.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

NORTHERN TERRITORY GOVERNMENT (Department of Trade, Business and Innovation). **Northern Territory Defence and National Security Strategy 2018**. Austrália, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16**: paz, justiça e instituições eficazes. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 05**: Igualdade de gênero. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

PANTOJA, Rodrigo. **Métodos de intervenção para prevenir o risco de reincidência no crime**. Maio 2018. 18 slides.

PEILLARD, Ana María Morales. **Alternativas ao encarceramento**. Maio 2018. 12 slides.

POLICE EXECUTIVE RESEARCH FORUM. **Future Trends in Policing**. Washington, D.C., 2014. Disponível em: <http://www.policeforum.org/assets/docs/Free_Online_Documents/Leadership/future%20trends%20in%20policing%202014.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PRICEWATERHOUSECOOPERS. **Safe Cities**: The India Story. 2013. Disponível em: <<https://www.pwc.com/gx/en/psrc/assets/pwc-psrc-safe-cities-the-india-story.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

ROSS, Caroline. **Exploring the Ways Arts and Culture Intersect with Public Safety**: Identifying Current Practice and Opportunities for Further Inquiry. Abr. 2016. Disponível em: <https://www.artplaceamerica.org/sites/default/files/public/pictures/artplace_field_scan_safety_ross_apr_2016.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E JUSTIÇA - GOIÁS. **Plano Estratégico da Secretaria da Segurança Pública e Justiça 2012-2022**. Goiânia: Secretaria da Segurança Pública e Justiça, 2012.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE BOGOTÁ. **Clima e entornos escolares para contribuir para aprendizagens de qualidade**. Maio 2018. 63 slides.

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - MATO GROSSO (Núcleo de Gestão Estratégica). **Planejamento Estratégico da Secretaria de Segurança Pública de Mato Grosso**: 2016-2019. Cuiabá: NGER, 2016.

SEGURANÇA E CIÊNCIAS FORENSES. **A prevenção da criminalidade**. Abri. 2014. Disponível em: <<https://segurancaecienciasforenses.com/2014/04/15/a-prevencao-da-criminalidade/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

SERRA, Enio et al. Interrogando o direito à educação: oferta e demanda por Educação de Jovens e Adultos no estado do Rio de Janeiro. **Crítica Educativa** (Sorocaba/SP), v. 3, n. 3, p. 25-41, ago./dez., 2017.

SOBRAL (Município). **Proposta de Implementação do Pacto por um Ceará Pacífico no Município de Sobral**. Maio 2018. 62 slides.

STONE, P. et al. Artificial Intelligence and Life in 2030. In: **One Hundred Year Study on Artificial Intelligence**. Study Panel, Stanford University, Stanford, CA, 2016. Disponível em: <https://ai100.stanford.edu/sites/default/files/ai_100_report_0901fnlc_single.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2018.

SUGIURA, Atsushi; MASAHIRO, Toyoura; XIAOYANG, Mao. Forensic CG Video Generation with Augmented Reality Technology. **The Journal of the Society for Art and Science**. Yamanashi v. 12, n. 1, p. 57-67, 2014.

UN-HABITAT - UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME. **Global Public Space Toolkit: From Global Principles to Local Policies and Practice**. Fev. 2016. Disponível em: <<http://localizingthesdgs.org/library/82/Global-Public-Space-Toolkit--From-Global-Principles-to-Local-Policies-and-Practice.pdf>>. Acesso em 20 jun. 2018.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Roadmap for the Development of Prison-based Rehabilitation Programmes**. Criminal Justice Handbook Series. Viena, 2017. Disponível em: <https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/17-05452_ebook.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da violência 2016**. Homicídios por armas de fogo no Brasil. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>. Acesso em: 15 maio 2018.

WASSERMANN, Rogerio. Número de presos explode no Brasil e gera superlotação de presídios. **BBC Brasil** em Londres, v. 28, 2013 .

WEINBORN, Cristóbal. **Atividade Policial guiada por inteligência/evidência**: A importância da análise de dados e avaliações de resultados na tomada de decisões. Maio 2018. 33 slides.

WEST, Darrell. M.; BERNSTEIN, Dan. **Benefits and Best Practices of Safe City Innovation**. Center for Technology Innovation at Brookings, 2017. Disponível em: <https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2017/10/safe-city-innovation_final.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

WORLD JUSTICE PROJECT. **Rule of Law Index 2017-2018**. Estados Unidos, 2018. Disponível em: <https://worldjusticeproject.org/sites/default/files/documents/WJP-ROLI-2018-June-Online-Edition_0.pdf>. Acesso em: 21 maio 2018.

realização:



apoio:



Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-66828-15-3



9 788566 828153